



PRODUTOS TRADICIONAIS COM NOMES PROTEGIDOS

1999

Apresentação e análise de dados sobre produção, preços e comercialização

DIRECÇÃO GERAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEAMENTO

DIVISÃO DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E PROSPECTIVA

PRODUTOS TRADICIONAIS COM NOMES PROTEGIDOS

Apresentação e análise de dados sobre produção, preços e comercialização
1999

Elaboração:
Victor Oliveira

Julho de 2001

ÍNDICE

Parte 1	
1 – Apresentação	2
2 – Metodologia	3
3 – Alguns conceitos e definições	4
Parte 2	
4 - Apresentação dos resultados por produto e sector:	7
4.1 – Queijos	7
4.2 – Carnes de bovino	14
4.3 – Carnes de ovino	21
4.4 – Carnes de caprino	28
4.5 – Produtos de salsicharia	33
4.6 – Méis	40
4.7 – Azeites	46
4.8 – Frutos	54
Parte 3	
5 –Conclusões:	63
5.1 – Abordagem por sector e região	63
5.2 – Outras conclusões	65
6 – Referências bibliográficas	68

Parte 1

Apresentação

Metodologia

Alguns conceitos e definições

Sinais convencionais

1. Apresentação

Após os inquéritos realizados em 1997 e 1998 dos quais resultaram uma publicação e um relatório, a Direcção Geral de Desenvolvimento Rural continuou a sua actividade tendo em vista acompanhar e divulgar a situação e evolução verificadas nos produtos tradicionais com nomes protegidos em 1999, contribuindo para o estudo das alterações de mercado e do impacte sobre as condições de desenvolvimento das zonas rurais, ao abrigo dos regulamentos comunitários nº 2081/92 e nº 2082/92 e da portaria nº 94 – A/2001 de 09-03-2001. Neste caso estão abrangidos várias dezenas de produtos portugueses, aos quais se encontram associadas as Denominações de Origem Protegidas (DOP), Indicações Geográficas Protegidas (IGP) e Especialidades Tradicionais Garantidas (ETG).

Nesta acção está envolvida a Divisão de Estudos, Planeamento e Prospectiva, da Direcção de Serviços de Planeamento, tendo também a colaboração da Divisão de Promoção dos Produtos de Qualidade.

Este relatório é constituído por três partes: na primeira faz-se a apresentação do trabalho, refere-se a respectiva metodologia, apresentam-se alguns conceitos e definições bem como alguns sinais convencionais adoptados; na segunda descrevem-se os resultados por produto e sector, abrangendo os Queijos (14), Carnes de bovino (12), Carnes de ovino (7), Carnes de caprino (5), Produtos de salsicharia (15), Méis (12), Azeites (6) e Frutos (19), num total de 90 produtos com nomes protegidos existentes em 1999 dos quais 61 foram efectivamente comercializados; finalmente na terceira parte tecem-se considerações finais sobre o conjunto da análise realizada.

2. Metodologia

A recolha dos dados sobre a situação dos produtos tradicionais com nomes protegidos foi efectuada através de inquéritos exaustivos e por via postal, dirigidos aos Agrupamentos Gestores.

Os inquéritos tiveram como período de referência o ano de 1999 ou a campanha de 1998/99, conforme os casos. Esta recolha de informações efectuou-se ao longo do ano de 2000.

Foram elaborados questionários-tipos abrangendo oito sectores:

- Queijos
- Carnes de bovino
- Carnes de ovino
- Carnes de caprino
- Produtos de salsicharia
- Méis
- Azeites
- Frutos

A estrutura dos inquéritos-tipo não foi rigorosamente idêntica, embora com uma organização de base similar, de modo a estabelecer referências comuns e permitir algumas comparações.

Os temas questionados abrangeram resumida e essencialmente os seguintes pontos:

- Elementos envolvidos na produção
- Quantidades produzidas
- Preços de venda ao produtor
(*Essencialmente preços à 1ª transacção, mínimo, máximo e mais frequente*)
- Modalidades de venda (na 1ª transacção)
(*Para: Comércio tradicional, Intermediário, Feiras, Directa ao consumidor, Grandes superfícies, Outras*)
- Calendário de comercialização
- Acções de promoção
- Localização das vendas (a partir dos agrupamentos/produtores)
(*Nível local, Nível Nacional, Exportação*)

- Factores que condicionaram a produção (DOP, IGP, ETG)
(*Nº de produtores aderentes, Preços dos produtos similares correntes, Eficiência dos circuitos de comercialização, Nº de unidades licenciadas, Funcionamento do Agrupamento e do OPC, Outros*)

O trabalho realizado envolveu as seguintes etapas ou fases:

- Actualização dos questionários de 1998
- Envio dos questionários para preenchimento aos Agrupamentos Gestores
- Recepção e análise nos serviços centrais (DSP) dos questionários preenchidos
- Contactos com os Agrupamentos para: completar os preenchimentos, casos de não-resposta e esclarecimentos de dúvidas
- Tratamento da informação recolhida e elaboração de quadros de apuramentos
- Divulgação dos resultados, através de relatório

3. Alguns conceitos e definições

Agrupamento Gestor do Nome Protegido: é uma organização, qualquer que seja a sua forma jurídica ou composição, constituída por produtores ou transformadores do produto agrícola ou do género alimentício cujo nome se pretende proteger e que gere o uso da DOP, IGP ou ETG.

Organismo Privado de Controlo e Certificação: estrutura de controlo, que garante que os produtores beneficiários da DOP, ou IGP, ou ETG, satisfazem as condições constantes no Caderno de Especificações; em suma controla a produção, elabora os respectivos relatórios e certifica os produtos autorizando o uso da marca de certificação.

Denominação de Origem Protegida (DOP): é o nome de uma região ou local servindo para designar um produto com uma forte ligação a essa região, de tal forma que é possível provar que a qualidade desse produto é influenciada pelos solos, clima, raças animais ou variedades vegetais e pelo saber-fazer das pessoas dessa área.

Indicação Geográfica Protegida (IGP): é o nome de uma região ou local servindo para designar um produto, em que pelo menos uma parte do seu ciclo produtivo tem origem nesse local e possui uma “reputação” associada ao mesmo, permitindo ligar algumas das

características do produto aos solos, clima, raças animais, variedades vegetais ou saber-fazer das pessoas dessa área.

Especialidade Tradicional Garantida (ETG): é um produto agrícola ou um género alimentício, que ou é produzido, ou tem uma composição, ou modo de produção/transformação, **tradicionais**.

4. Sinais convencionais

Segundo o critério seguido pelo INE e de acordo com as necessidades, não sendo forçosamente exaustiva a sua utilização, foram adoptados para utilizar nos diferentes quadros deste relatório os sinais que a seguir se descrevem:

...	= Dado confidencial
-	= Resultado nulo
x	= Dado não disponível
"	= Estimativa
*	= Dado rectificado

Parte 2

Apresentação dos resultados por produto e sector

Queijos

Carnes de bovino

Carnes de ovino

Carnes de caprino

Produtos de salsicharia

Méis

Azeites

Frutos

4 Apresentação dos resultados por produto e sector

4.1 - Queijos

Genérico:

Em 1999 a produção nacional de queijos curados foi da ordem das 58000 t.

Verifica-se também, que o grau de auto-aprovisionamento nacional para o consumo total de queijos, que tem vindo a diminuir desde 1993, é de 87%.

Por outro lado, assiste-se também desde 1993, a uma subida generalizada do consumo nacional de lacticínios, cabendo aos queijos cerca de 20% do aumento total.

Produção:

A produção de queijos com DOP em 1999 foi de **1276 t**, ou seja mais **14%** que em 1998 (1121 t), representando cerca de **2%** da produção total nacional de queijos.

Em 1999 existiam no País **14** queijos com nomes protegidos, dos quais **13** foram efectivamente produzidos e comercializados. Destes, **7** são produzidos a partir de leite de ovelha, **3** de leite de ovelha e cabra, **1** de leite de cabra e **2** de leite de vaca.

Em relação a 1998 há a assinalar o reinício da produção e comercialização do Queijo de Cabra Transmontano e o início da produção do Queijo Mestiço de Tolosa.

Os queijos dos Açores, de leite de vaca, continuam a ser os que apresentam maiores produções, contribuindo com 64% no seu conjunto para o total da produção de queijos com DOP.

Preços:

Na sua maioria, os preços mais frequentes estão próximos dos níveis de 1998.

Os três queijos da região de Castelo Branco tiveram porém aumentos significativos, ao passo que o Queijo de Évora teve uma redução de -10%.

Os preços mais frequentes dos queijos de leite de ovelha variaram de **2300 a 3500 esc/kg**, os de leite de ovelha e cabra de **1800 a 2100** e os de leite de vaca de **1000 a 1119**.

As oscilações dos preços mínimos e máximos foram maiores que no ano anterior, apresentando o Queijo de Nisa a maior amplitude.

As diferenças entre os preços dos queijos com DOP e os correntes da mesma área geográfica de produção, foram **significativas** para o: Queijo Serra da Estrela (+76%), Queijo de Nisa (+75%), Queijo Castelo Branco (+43%), Queijo Amarelo da Beira Baixa (+40%); estas diferenças foram **pequenas** para o: Queijo Terrincho (+13%), Queijo Picante da Beira Baixa (+14%) e Queijo São Jorge (+15%); foram **moderadas** nos restantes casos (entre 20 a 29%)

Comercialização:

Ao nível da 1ª transacção e relativamente ao ano anterior, reforça-se a importância das vendas fora das áreas de produção com **83%** do total; apenas **15%** dos queijos com DOP foram vendidos no interior das áreas geográficas de produção. As exportações através dos agrupamentos e/ou produtores, baixaram para **3%**, devido principalmente à ausência de exportação do Queijo do Pico.

Para além das Feiras e da Imprensa escrita, foram utilizados como meios de promoção, com algum destaque, a televisão e os Painéis exteriores.

Modalidades de escoamento:

A situação não se alterou perceptivelmente em relação a 1998, continuando a ser as **Grandes Superfícies** com **48%** do total e os **Intermediários** com **36%**, as formas de escoamento mais relevantes no sector, a partir dos produtores.

Os Intermediários foram a modalidade mais importante apenas nos casos do Queijo de Cabra Transmontano (100%) e do Queijo Serra da Estrela (90%).

Condicionantes da produção com DOP:

Relativamente ao ano anterior verificou-se uma substancial alteração, porque o factor condicionante da produção mais referido passou a ser “os circuitos de comercialização” em vez dos “preços mais baixos” dos respectivos queijos correntes similares.

Quadro 1 – Queijos com nomes protegidos em 1999

Nomes protegidos (em 1999)	Despachos normativos (DR II Série)	Agrupamentos Gestores	OPC	Com produção (1999)
Queijo Terrincho (DOP)	D.16/94; 26/01	QUEITEQ	ANCOTEQ	✓
Queijo de Cabra Transmontano (DOP)	D.20/94; 31/01	LEICRAS	ANCRAS	✓
Queijo Rabaçal (DOP)	D.12/94; 26/01	COPRORABAÇAL	SICÓ-Qualidade	✗
Queijo Serra da Estrela (DOP)	D.6/94; 26/01	ESTRELACOOP	FAPROSERRA	✓
Queijo de Castelo Branco (DOP) ¹	D.4/94; 26/01	A.P.Q.D. C.Branco	OVIIBEIRA	✓
Queijo Amarelo da Beira Baixa (DOP) ¹	"	"	"	✓
Queijo Picante da Beira Baixa (DOP) ¹	"	"	"	✓
Queijo de Azeitão (DOP)	D.15/94; 26/01	A.P.Q. de Azeitão	ARCOLSA	✓
Queijo de Évora (DOP)	D.29/94; 04/02	CO de Évora	AADE	✓
Queijo de Nisa (DOP)	D.9/94; 26/01	NATUR-AL-CARNES	AADP	✓
Queijo Mestiço de Tolosa (IG)	D.3775/98;05/03	"	"	✓
Queijo Serpa (DOP)	D.52/94; 15/02	QUEIJOSERPA	ACOS	✓
Queijo São Jorge (DOP)	D.01/94; 01/02	UNIQUEIJO	CQSJ	✓
Queijo do Pico (DO)	D.32/96; 29/10	A.P.Q. do Pico	IAMA	✓
14		11	11	13

¹: DOP integrada nos “Queijos da Beira Baixa”

AGRUPAMENTOS GESTORES:

QUEITEQ:	Cooperativa dos Produtores de Leite de Ovinos da Terra Quente, CRL
LEICRAS:	Cooperativa de Produtores de Leite de Cabra Serrana, CRL
COPRORABAÇAL:	Cooperativa de Produtores do Queijo do Rabaçal, CRL
ESTRELACOOP:	Cooperativa de Produtores de Queijo Serra da Estrela, CRL
A.P.Q.D.C.Branco:	Associação dos Produtores de Queijo do Distrito de Castelo Branco
A.P.Q.de Azeitão:	Agrupamento de Produtores de Queijo de Azeitão, LDA
C.O. de Évora:	Cooperativa Ovina de Évora, CRL
NATUR-AL-CARNES:	Agrupamento de Produtores Pecuários do Norte Alentejo, SA
QUEIJOSERPA:	Agrupamento de Produtores
UNIQUEIJO:	União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de S.Jorge, UCRL
A.P.Q. do Pico:	Associação de Produtores de Queijo do Pico

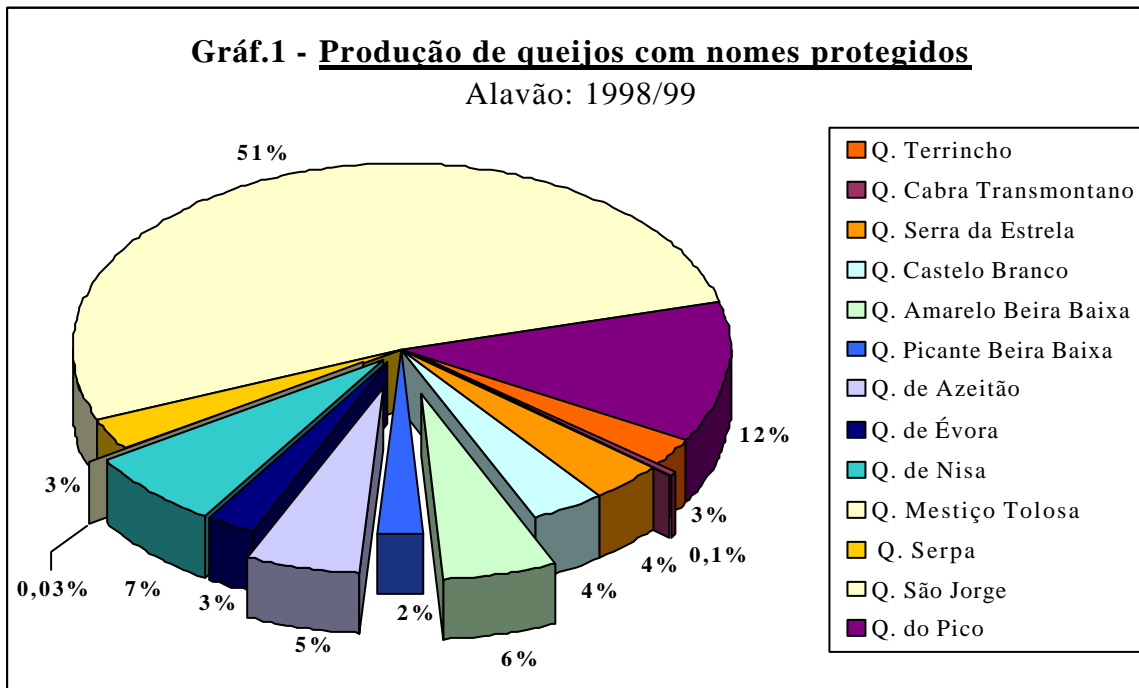
OPC: ORGANISMOS PRIVADOS DE CONTROLO E CERTIFICAÇÃO

ANCOTEQ:	Associação nacional dos Criadores de Ovinos da Churra da Terra Quente
ANCRAS:	Associação Nacional dos Caprinicultores da Raça Serrana
SICÓ-Qualidade:	Centro de Controlo e Certificação de Produtos Agro-Alimentares de Sicó
FAPROSERRA:	Federação das Associações de Produtores de Queijo Serra da Estrela
OVIIBEIRA:	Associação de Produtores de Ovinos do Sul da Beira
ARCOLSA:	Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida
AADE:	Associação de Agricultores do Distrito de Évora
AADP:	Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre
ACOS:	Associação de Criadores de Ovinos do Sul
CQSJ:	Confraria do Queijo São Jorge
IAMA:	Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas

Quadro 2 - Elementos envolvidos e produção de queijos com nomes protegidos
Alavão: 1998/99

Designação	Nº explorações abastecedoras de leite	Número de queijarias	Produção (kg)
Queijo Terrincho (o)	148	2	31980
Queijo de Cabra Transmontano ©	16	1	1734
Queijo Serra da Estrela (o)	46	36	46688
Queijo Castelo Branco (o)	62	2	45780
Queijo Amarelo da Beira Baixa (m) ¹	115	7	69360
Queijo Picante da Beira Baixa (m) ¹	59	5	27650
Queijo de Azeitão (o)	27	10	68401
Queijo de Évora (o)	10	6	32000
Queijo de Nisa (o)	33	11	85350
Queijo Mestiço de Tolosa (m)	9	2	329
Queijo de Serpa (o)	15	4	33000
Queijo de São Jorge (v)	350	7	656050
Queijo do Pico (v)	16	12	157800

¹: O Queijo Amarelo da Beira Baixa e o Queijo Picante da Beira Baixa são produzidos de forma complementar e com meios comuns.

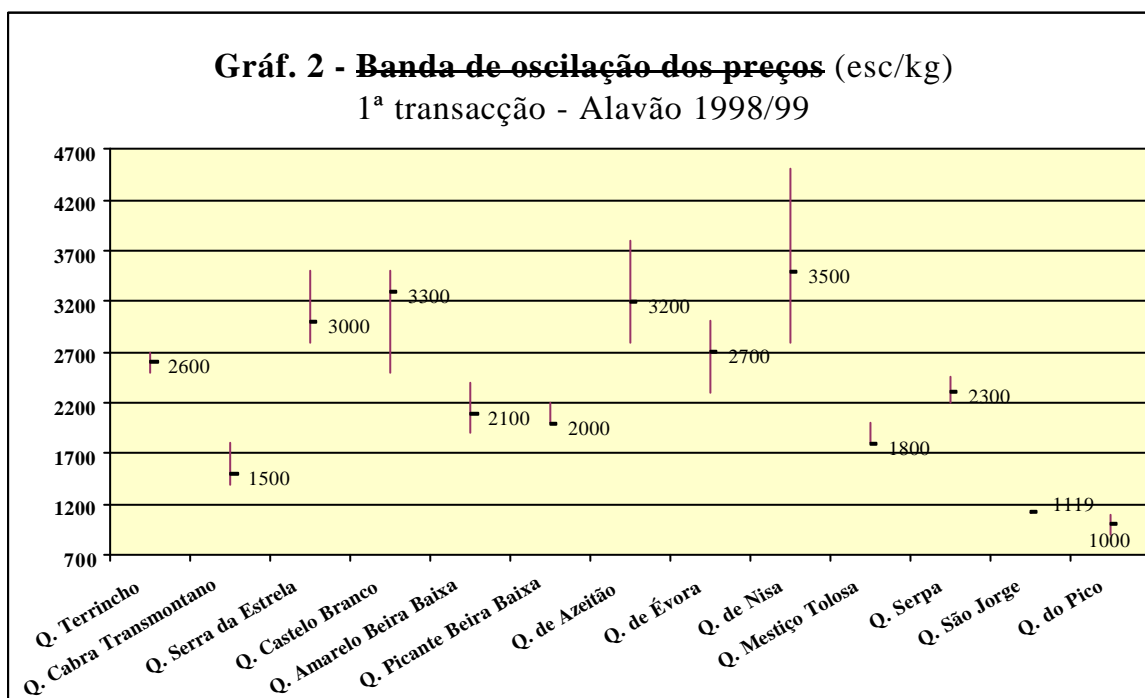


Quadro 3 - Preços relativos à primeira transacção
Alavão: 1998/99

Designação	Mais frequente	Mínimo	Máximo
Queijo Terrincho (o)	2600	2500	2700
Queijo de Cabra Transmontano ©	1500	1400	1800
Queijo Serra da Estrela (o)	3000	2800	3500
Queijo Castelo Branco (o)	3300	2500	3500
Queijo Amarelo da Beira Baixa (m)	2100	1900	2400
Queijo Picante da Beira Baixa (m)	2000	2000	2200
Queijo de Azeitão (o)	3200	2800	3800
Queijo de Évora ¹ (o)	2700	2300	3000
Queijo de Nisa (o)	3500	2800	4500
Queijo Mestiço de Tolosa (m)	1800	1800	2000
Queijo de Serpa (o)	2300	2200	2450
Queijo de São Jorge ² (v)	1119	x	x
Queijo do Pico (v)	1000	900	1100

¹: Preços da categoria de queijo de Évora: “pequeno, pasta dura”

²: Valor médio das duas categorias deste queijo: “com três meses de cura” e “com quatro meses de cura”



**Quadro 4 – Calendário do alavão dos queijos com nomes protegidos
em percentagens - Alavão 1998/99**

Queijo Terrincho.

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
13	17	18	8	4	2	4	5	6	5	6	12

Queijo de Cabra Transmontano.

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
			4	10	13	40	25	8			

Queijo Serra da Estrela

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
10	10	15	20	10	10	5					20

Queijo de Castelo Branco

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
23	31			17	3	3	3	3		17	

Queijos Amarelo da Beira Baixa

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
9	19	5	2	6	10	9	9	9	5	11	6

Queijo Picante da Beira Baixa

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
12	25	1	4	5	10	10	10	10		13	

Queijo de Azeitão

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
11	14	16	10	9	9	5	1	2	2	8	13

Queijo de Évora

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
8	22	10	3	9	5	10	4	11	7	6	5

Queijo de Nisa

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
5	25	25	5	5	5	5	5	5	5	5	5

Queijo Mestiço de Tolosa

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
5	25	25	5	5	5	5	5	5	5	5	5

Queijo de Serpa (estimativa)

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
12	15	15	14	12	4	4	2	2	4	4	12

Queijo de São Jorge (estimativa)

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
8	8	8	8	9	9	9	8	8	8	8	9

Queijo do Pico (valores não disponibilizados)

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Quadro 5 - Modalidades de escoamento

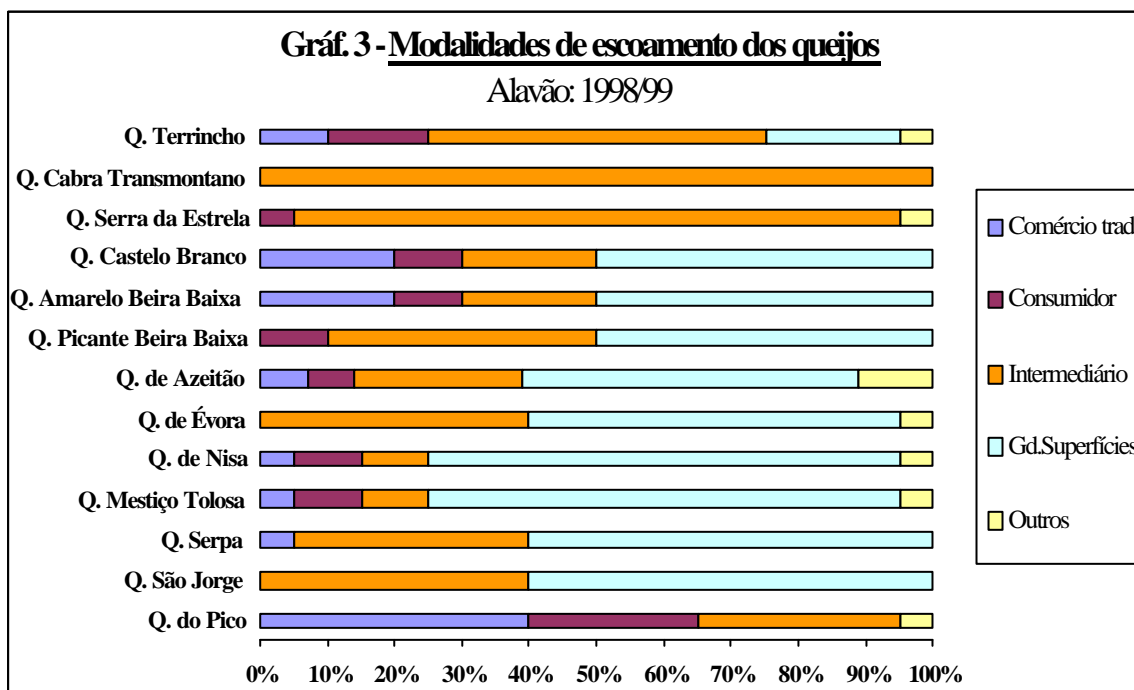
Alavão: 1998/99

Em %

Designação	Comércio tradicional	Consumid	Intermed.	Grandes Superfícies	Outros
Queijo Terrincho (o)	10	15	50	20	5
Queijo de Cabra Transmontano ©	-	-	100	-	-
Queijo Serra da Estrela (o)	-	5	90	-	5
Queijo Castelo Branco (o)	20	10	20	50	-
Queijo Amarelo da Beira Baixa (m)	20	10	20	50	-
Queijo Picante da Beira Baixa (m)	-	10	40	50	-
Queijo de Azeitão (o)	7	7	25	50	11
Queijo de Évora (o)	-	-	40	55	5
Queijo de Nisa (o)	5	10	10	70	5
Queijo Mestiço de Tolosa (m)	5	10	10	70	5
Queijo de Serpa (o)	5	-	35	60	-
Queijo de São Jorge (v)	-	-	40	60	-
Queijo do Pico (v)	40	25	30		5
MÉDIAS (ponderadas)	7,8	5,8	36,2	48,2	2,0

Gráf. 3 - Modalidades de escoamento dos queijos

Alavão: 1998/99



4.2 – Carnes de Bovino

Genérico:

Em 1999 o total do efectivo bovino em Portugal em 1 de Dezembro era de 1.403.000 cabeças, dos quais os <u>1 ano</u> representavam 28%, os 1 a <2 anos</u> constituíam 16% e os ≥ 2 anos</u> contribuíam com cerca de 56% do total.

Os abates de bovinos aprovados para consumo, totalizaram 97.435t. em carcaças, representando um aumento de 1,5% em relação ao ano anterior. Estes apresentavam a seguinte estrutura: Vitelos 20%, Novilhos 45%, Novilhas 12%, Vacas 21% e Bois 2%.

O grau de auto-aprovisionamento foi da ordem dos 58% e o respectivo consumo per capita de 16kg/hab./ano.

Os preços em 1999, com base nas cotações mais frequentes da Bolsa do Bovino (preços em esc/kg de carcaça de bovino, pago ao vendedor no matadouro), foram respectivamente: Novilhos 630 esc/kg, Novilhas 610 esc/kg, e Vitelas 760 esc/kg.

Produção:

O número de carnes de bovino com nomes protegidos manteve-se constante (12) em relação a 1998, mas aumentou de 8 para **10** o número das que realmente foram produzidas e comercializadas; para isto contribuíram a **Carne Maronesa** e a **Carne Arouquesa**.

A produção global destas carnes aumentou **20%** em 1999, tendo sido a respectiva produção de **1.380 t**, o que representa cerca de **2%** do peso total conjunto das carcaças de Vitelos, Novilhos e Novilhas aprovadas para consumo no País. A categoria dos Vitelos foi a que registou o maior aumento (43%); contudo e individualmente nem todas as carnes aumentaram de produção como são os casos da Carne Mertolenga, da Carne da Charneca e da Carne de Bovino Tradicional do Montado.

As categorias de animais mais relevantes foram os **Novilhos** (64%) e os **Vitelos** (33%).

Preços:

Procedeu-se à harmonização dos preços das carcaças, no sentido de uniformizá-los em termos de preços ao agrupamento.

As variações nos preços mais frequentes foram pouco significativas relativamente a 1998; a maior alteração verificou-se no preço das carcaças de Vitelos (-2,7%). Houve também uma tendência para a manutenção dos preços das carnes em peças.

Relativamente às cotações mais frequentes da Bolsa de Bovino supra referidas, os preços mais frequentes praticados para as carnes de bovino com nomes protegidos apresentaram os seguintes diferenciais: Vitelos +32%, Novilhas +21% e Novilhos +14%.

Comercialização:

Os agrupamentos de produtores venderam a maior parte destas carnes para zonas localizadas fora dos concelhos de produção (ou vizinhança) **64%** e apenas **36%** foi vendido dentro dos concelhos de produção (ou nível local); não houve exportações através dos agrupamentos. Em alguns casos porém, foram maiores as vendas a nível local, como na Carne Mirandesa (70%), na Carne de Bovino Tradicional do Montado (75%), na Carne Maronesa (59%) e na Carne Arouquesa (70%).

Os calendários das vendas confirmam uma distribuição **sensivelmente uniforme** ao longo do ano, já verificada no ano anterior.

Quanto aos meios mais empregues para promover estes produtos, a situação não se alterou muito sendo as Feiras e a Imprensa escrita os mais utilizados; diminuiu a importância relativa da Rádio.

Modalidades de escoamento:

As **Grandes Superfícies** continuam a ser a via de escoamento mais importante com **81%** do total, verificando-se também uma maior participação dos Talhantes (10%) e da Restauração (6%).

Condicionantes da produção:

Os problemas nos circuitos de comercialização e os mais baixos preços das carnes correntes de bovino continuam a ser os factores mais frequentemente apontados como tendo condicionado a produção das carnes de bovino com nomes protegidos em 1999.

Quadro 6 – Carnes de bovino com nomes protegidos em 1999

Nomes protegidos (em 1999)	Despachos normativos	Agrupamentos Gestores	OPC	Com produção (1999)
Carne Arouquesa (DOP)	D.1794/94 DR II Série, 31/01	ANCRA	Norte e Qualidade	✓
Carne Cachena da Peneda (DO)	D.36/94 DR II Série, 04/02	C.A.A.Arcos Valdevez	“	✗
Carne Maronesa (DOP)	D.14/94 DR II Série, 26/01	C.A. Vila Real	A.C.do Maronês	✓
Carne Barrosã (DOP)	D.18/94 DR II Série, 31/01	CAPOLIB	Norte e Qualidade	✓
Carne Mirandesa (DOP)	D.35/94 DR II Série, 04/02	AGROPEMA	A.C.B.Raça Mirandesa	✓
Carne Marinhola (DOP)	D.3294/94 DR II Série, 04/02	LACTICOOP	A.C.B.Raça Marinhola	✗
Vitela de Lafões (IGP)	D.55/94 DR II Série, 03/02	CAV	ADRL	✓
Carnalentejana (DOP)	D.5/94 Dr II Série, 26/01	CARNALENTEJANA	A.C.B.Raça Alentejana	✓
Carne Mertolenga (DOP)	D.7/94 Dr II Série, 26/01	MERTOCAR	A.C.B. Mertolengos	✓
Carne de Bovino Tradicional do Montado (ETG – Registo provisório)	D.138/96 Dr II Série, 30/12	ACOMOR	APORMOR	✓
Carne de Bovino Cruzado Lameiros do Barroso (IG)	D.8407/98 DR II Série, 20/05	C.A.P.B.S.Montalegre	TRAD ^{ão} QUAL ^{dade}	✓
Carne da Charneca (DO)	D.6641/98 DR II Série, 22/04	MERTOCAR	A.C.B.R.P.E. S José	✓
12		11	10	10

AGRUPAMENTOS GESTORES:

ANCRA:	Associação Nacional dos Criadores da Raça Arouquesa
C.A.A.Arcos Valdevez:	Cooperativa Agrícola dos Agricultores de Arcos de Valdevez, CRL
C.A.Vila Real:	Cooperativa Agrícola de Vila Real, CRL
CAPOLIB:	Cooperativa Agrícola de Boticas, CRL
AGROPEMA:	Cooperativa Agro-Pecuária Mirandesa, CRL
LACTICOOP:	União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Monmdego
CAV:	Cooperativa Agrícola de Vouzela, CRL
CARNALENTEJANA:	Agrupamento de Produtores de Bovinos de Raça Alentejana, SA
MERTOCAR:	Sociedade de Produtores de Carne de Qualidade, LDA
ACOMOR:	Agrupamento de Produtores de Montemor-O-Novo, SA
C.A.P.B.S.Montalegre	Cooperativa Agrícola de Produtores de Batata de Semente de Montalegre

OPC: ORGANISMOS PRIVADOS DE CONTROLO E CERTIFICAÇÃO

Norte e Qualidade:	Instituto de Certificação de Produtos Agro-Alimentares
A.C.do Maronês:	Associação dos Criadores do Maronês
A.C.B.Raça Mirandesa:	Associação de Criadores de Bovinos da Raça Mirandesa
A.C.B.Raça Marinhola:	Associação de Criadores de Bovinos de Raça Marinhola
ADRL:	Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões
A.C.B.Raça Alentejana:	Associação dos Criadores de Bovinos da Raça Alentejana
A.C.B.Mertolengos:	Associação dos Criadores de Bovinos Mertolengos
APORMOR:	Associação de Produtores de Bovinos, Ovinos e Caprinos, de Montemor-o-Novo
A.C.B.R.P.E S.José	Associação de Criadores de Bovinos de Raça Preta, Ermidas de São José

Quadro 7 - Produção de carnes de bovino com nomes protegidos

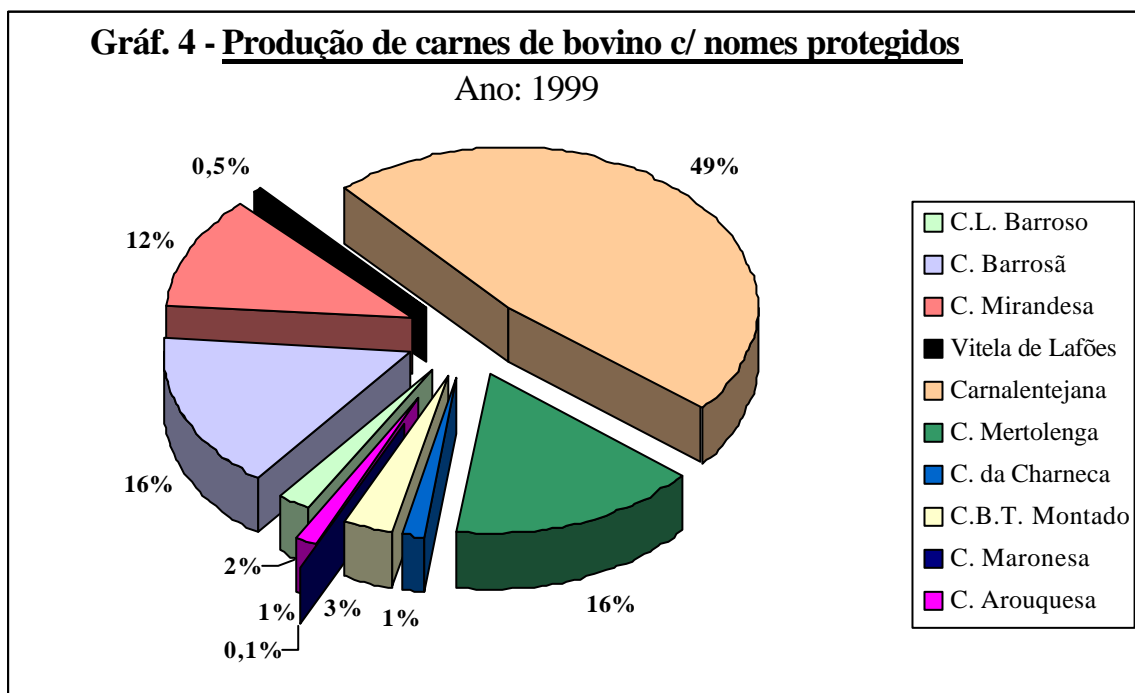
Ano: 1999

Em carcaças: kg

Designação	Vitelos	Novilhos	Novilhas	Bois	Vacas
C.B.C.Lameiros do Barroso	32000	-	-	-	-
Carne Barrosã	211600	4000	300	-	-
Carne Mirandesa	139060	6600	-	4800	8600
Vitela de Lafões	6400	-	-	-	-
Carnalentejana	-	626000	30000	-	-
Carne Mertolenga	-	226500	-	-	-
Carne da Charneca	-	20400	-	-	-
C.Bovino Tradicional do Montado	43208	-	-	-	-
Carne Maronesa	772	-	-	-	-
Carne Arouquesa	19612	-	-	-	-
TOTAL	452652	883500	30300	4800	8600

Gráf. 4 - Produção de carnes de bovino c/ nomes protegidos

Ano: 1999



Quadro 8 - Preços das carnes de bovino, ao agrupamento (carcaças)
preços mais frequentes – Ano: 1999

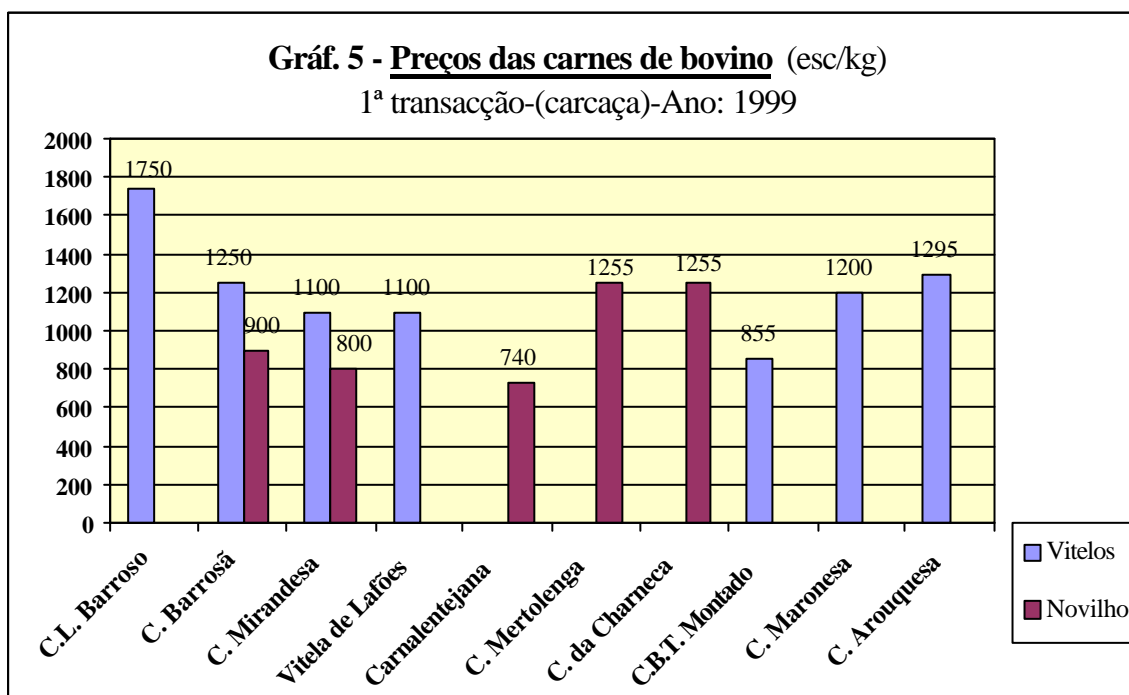
esc/kg

Designação	Vitelos	Novilhos	Novilhas
C.B.C.Lameiros do Barroso ¹	1750	-	-
Carne Barrosã ²	1250	900	800
Carne Mirandesa ²	1100	800	800
Vitela de Lafões ²	1100	-	-
Carnalentejana ³	-	740	740
Carne Mertolenga ¹	-	1255	-
Carne da Charneca ¹	-	1255	-
C.Bovino Tradicional do Montado ¹	855	-	-
Carne Maronesa	1200	-	-
Carne Arouquesa	1295	-	-
MÉDIAS (ponderadas)	1216	885	741

¹: Os preços destas carnes não são comparáveis aos das 1ª versões de 1997 e 1998, porque vinham reportados ao produtor.

²: Os preços destas carnes, na 1ª versão de 1998, vinham reportados ao produtor.

³: Os preços da Carnalentejana, não são comparáveis aos da 1ª versão de 1997, porque vinham reportados ao produtor.



Quadro 9 – Distribuição dos abates da carne de bovino com nomes protegidos em percentagem do peso das carcaças – Ano: 1999

Carne de Bovino Cruzado Lameiros do Barroso

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
5	4	4	5	4	19	12	15	6	8	6	12

Carne Barrosã.

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
8	7	8	9	10	9	7	9	8	8	9	8

Carne Mirandesa

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
8	7	9	9	9	8	8	10	7	8	10	7

Vitela de Lafões (distribuição uniforme, mas não foram disponibilizados valores)

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Carnalentejana

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
9	8	9	9	6	9	10	6	9	8	9	8

Carne Mertolenga

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
7	7	8	10	6	7	11	6	8	11	10	9

Carne da Charneca

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
19	8	16	8	10	5	5	13	2	6	4	4

Carne de Bovino Tradicional de Montado

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
13	10	6	13	9	8	17	5	8	2	5	4

Carne Maronesa (início dos abates em Novembro de 1999)

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
										100	

Carne Arouquesa

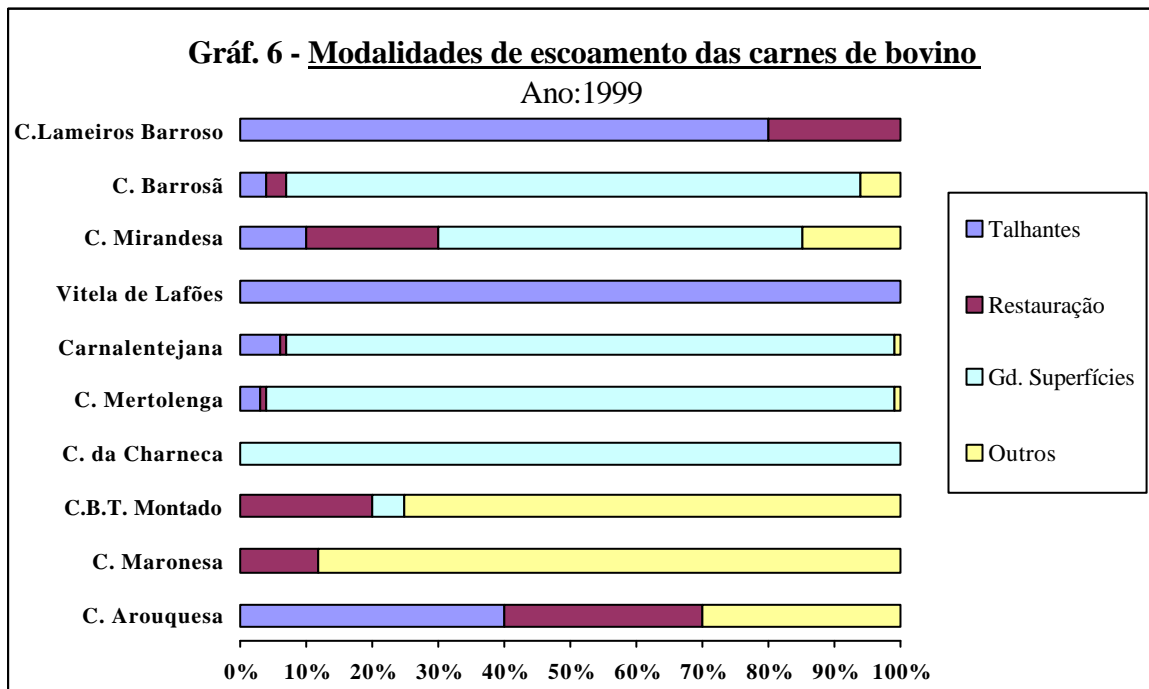
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2	3	11	10	19	20	8	5	6	7	6	3

Quadro 10 - Modalidades de escoamento

Ano: 1999

Em %

Designação	Talhantes	Restaura.	Grandes Superfícies	Outros
C.B.C.Lameiros do Barroso	80	20		
Carne Barrosã	4	3	87	6
Carne Mirandesa	10	20	55	15
Vitela de Lafões	100			
Carnalentejana	6	1	92	1
Carne Mertolenga	3	1	95	1
Carne da Charneca			100	
C.Bovino Tradicional do Montado		20	5	75
Carne Maronesa		12		88
Carne Arouquesa	40	30		30
MÉDIAS (ponderadas)	8,0	5,0	80,9	6,2



4.3 . Carne de ovino

Genérico:

A produção líquida¹, em peso limpo², de carne de ovinos no País em 1999 foi de 22.325 t., representando uma redução de -2% relativamente ao ano anterior.

Os abates de borregos aprovados para consumo, na categoria de <10kg, totalizaram 459.716 cabeças correspondendo a 2.950 t. Este último número corresponde a um aumento relativamente a 1998 de 24%. O peso médio da carcaça, <10kg, foi de 6,4kg.

O consumo per capita de carne de ovino e caprino em Portugal foi da ordem de 3,5 kg/hab/ano, tendo sido o auto-aprovisionamento respectivo em 1999 de cerca de 69%.

Os picos tradicionais de consumo de carne de pequenos ruminantes são a Páscoa e o Natal; a carne resultante dos abates de ovinos concentraram-se nos meses de Março (14%), Junho (10%) e Dezembro (12%).

O preço médio anual do quilo de carcaça de borrego em 1999, categoria inferior a 10Kg, sofreu uma quebra da ordem de -7%.

Produção.

As duas categorias de borregos comercializadas correspondem a animais cujas carcaças têm até 7 kg e >7 a 13 kg. Verificou-se um aumento substancial na produção destas carnes em relação ao ano anterior de +73%, embora sem entrada no mercado de novas carnes, devido ao aumento da segunda categoria de carcaças e correspondendo aos **Borrego de Montemor-o-Novo** e **Borrego do Nordeste Alentejano**. Por sua vez, estes destacam-se respectivamente com 62% e 34% da produção destas carnes com nomes protegidos.

Em 1999, a produção de carne de borrego com nomes protegidos representava 12% da quantidade total de carne de borregos abatidos e aprovados para consumo, na categoria de <10kg (carcaça).

Preços:

Tendo-se procedido à harmonização dos dados obtidos, os preços das carcaças correspondem ao preço ao agrupamento.

Observaram-se aumentos dos preços na categoria das carcaças de >7 a 13 kg, relativamente a 1998, devido principalmente ao **Borrego do Nordeste Alentejano**.

Na outra categoria de carcaças e correspondendo ao **Borrego Terrincho** o preço manteve-se estável.

Os preços na globalidade destas carnes de borrego em peças subiram ligeiramente, com excepção das categorias Costeletas , Perna e Pá para o **Borrego de Montemor-o-Novo** que sofreram ligeiras reduções.

Comercialização:

Com excepção do **Cordeiro Bragançano**, as vendas destas carnes efectuaram-se principalmente em áreas **exteriores** aos concelhos de produção respectivos, **77%**. Não foram referidas exportações por parte dos agrupamentos/produtores.

O calendário da comercialização revela sazonalidade, com os períodos mais intensos no Natal, Páscoa e Festas Populares/Verão. A distribuição dos abates do **Borrego Terrincho** apresentou maior uniformidade ao longo do ano.

Os meios de promoção mais utilizados continuam a ser as Feiras e a Imprensa escrita.

Modalidades de escoamento:

As Grandes Superfícies escoaram **92%** destas carnes. Contudo, a Restauração (90%) para o **Cordeiro Bragançano** e os Grossistas (99%) para o **Borrego Terrincho**, foram respectivamente as modalidades de escoamento mais importantes, nestes dois casos.

Condicionantes da produção:

Sem alterações significativas relativas a 1998, a concorrência dos preços da carne corrente de ovino e as limitações dos circuitos de comercialização foram os factores que mais limitaram a produção destas carnes com nomes protegidos.

¹: **Produção líquida** (carnes) – Produção correspondente ao abate de animais realizados dentro do território nacional e aprovado para consumo, para cujo cálculo não se entrou em linha de conta com a proveniência dos animais abatidos (produzidos internamente ou importados).

²: **Peso limpo** – Corresponde ao corpo da rês despojada da pele (ruminantes e equídeos), ou de pêlo (suínos) e de todos os órgãos internos com excepção dos rins e gorduras envolventes dos ruminantes e equídeos, depois de desprovidos da cabeça, extremidades locomotoras e cauda (excepto suínos).

Quadro 11 – Carnes de ovino com nomes protegidos em 1999

Nomes protegidos (em 1999)	Despachos normativos	Agrupamentos Gestores	OPC	Com produção (1999)
Cordeiro Bragançano (DOP)	D.19/94 DR II Série, 31/01	A.P.C.B.	ACOB	✓
Borrego Terrincho (DOP)	D.11/94 DR II Série, 26/01	OVITEQ	ANCOTEQ	✓
Borrego da Beira (IGP)	D.57/94 DR II Série, 15/02	A.P.Q.D. C. Branco	U.F.A., Beira Interior	✗
Borrego Serra da Estrela (DOP)	D.13/94 DR II Série, 26/01	ESTRELACOOP	ANCOSE	✗
Borrego do Baixo Alentejo (IGP)	D.94/96 DR II Série, 16/08	CARNOVINA	ACOS	✓
Borrego de Montemor-o-Novo (IGP)	D.10/94 DR II Série, 26/01	ACOMOR	APORMOR	✓
Borrego do Nordeste Alentejano (IG)	D.5138/98 DR II Série, 27/03	NATUR-AL-CARNES	AADP	✓
7		7	7	5

AGRUPAMENTOS GESTORES:

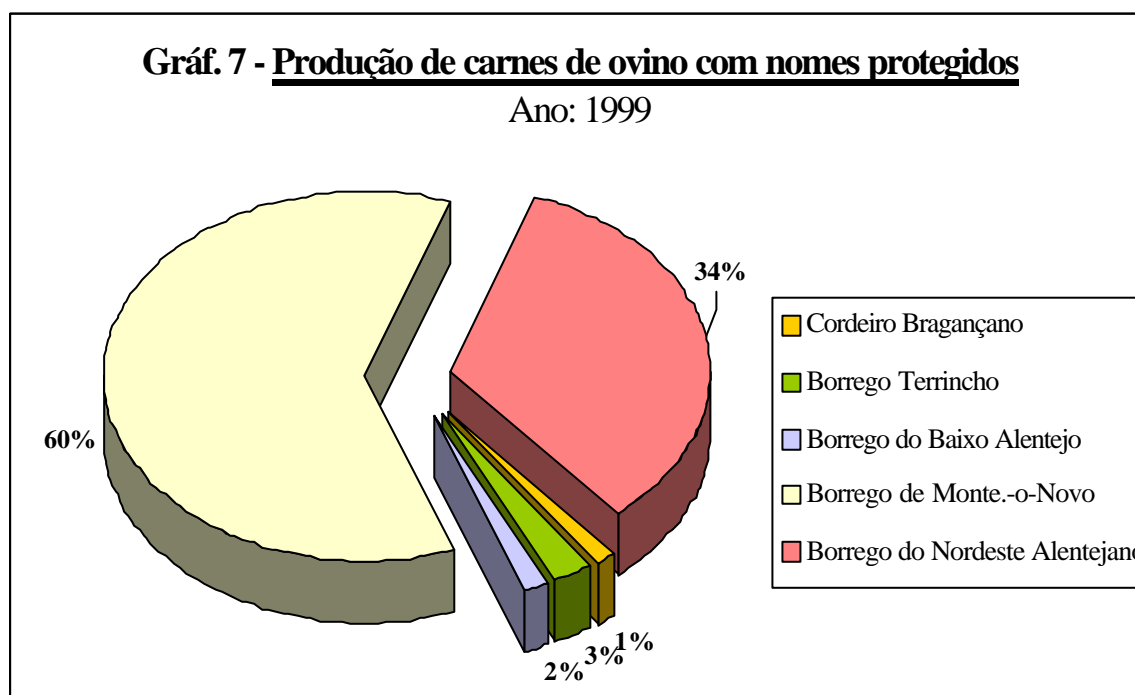
A.P.C.B.:	Agrupamento de Produtores de Cordeiros Bragançanos, LDA
OVITEQ:	Cooperativa de Produtores de Carne de Ovinos da Terra Quente, CRL
A.P.Q.D. C. Branco:	Associação de Produtores de Queijo do Distrito de Castelo Branco
ESTRELACOOP:	Cooperativa de Produtores de Queijo Serra da Estrela, CRL
CARNOVINA:	Agrupamento de Produtores Pecuários, SA
ACOMOR:	Agrupamento de Produtores de Montemor-O-Novo, SA
NATUR-AL-CARNES:	Agrupamento de Produtores Pecuários do Norte Alentejano, SA

OPC: ORGANISMOS PRIVADOS DE CONTROLO E CERTIFICAÇÃO

ACOB:	Associação Nacional Criadores Ovinos da Raça Churra Galega Bragançana.
ANCOTEQ:	Associação Nacional dos Criadores de Ovinos da Churra da Terra Quente.
U.F.A., Beira Interior:	União das Federações de Agricultores da Beira Interior
ANCOSE:	Associação Nacional Criadores de Ovinos, Raça da Serra da Estrela
ACOS	Associação de Criadores de Ovinos do Sul
APORMOR:	Associação de Produtores de Bovinos, Ovinos e Caprinos de Montemor-o-Novo
AADP:	Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre

Quadro 12 - Produção de carnes de ovino com nomes protegidos
Ano: 1999

Designação	até 7kg		>7 a 13kg		TOTAL	
	Nº carcaças	Peso (kg)	Nº carcaças	Peso (kg)	Nº carcaças	Peso (kg)
Cordeiro Bragançano	-	-	500	5000	500	5000
Borrego Terrincho	1547	9200	-	-	1547	9200
Borrego do Baixo Alentejo	-	-	434	5590	434	5590
Borrego de Monte.-o-Novo	-	-	16981	219215	16981	219215
Borrego do Nordeste Alentejano	-	-	9819	120491	9819	120491
TOTAL	1547	9200	27734	350296	29281	359496



Quadro 13 - Preços das carnes de ovino, ao agrupamento
preços mais frequentes das carcaças - Ano: 1999

Designação	esc/kg	
	até 7kg	>7 a 13kg
Cordeiro Bragançano ¹	-	1400
Borrego Terrincho	1350	-
Borrego do Baixo Alentejo	-	950
Borrego de Monte.-o-Novo ²	-	1120
Borrego do Nordeste Alentejano	-	1198
MÉDIAS (ponderadas)	1350	1148

¹: O preço do Cordeiro Bragançano não é comparável aos das 1ª versões de 1997 e 1998, porque vinham reportados ao produtor.

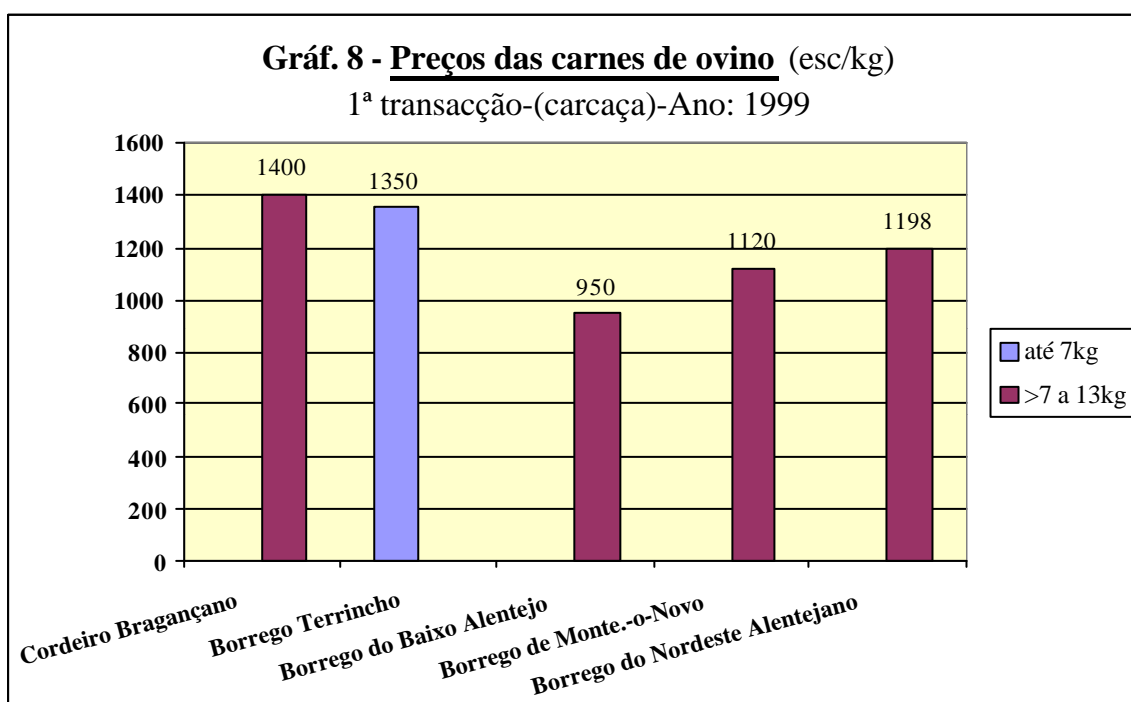
²: O preço do Borrego de Montemor-o-Novo não é comparável ao da 1ª versão de 1998, porque vinha reportado ao produtor.

Quadro 14 - Preços da carne de ovino em peças
preços mais frequentes em peças – Ano: 1999

Designação	esc/kg				
	Costeletas	Perna	Cachaço	Peito	Pá
Cordeiro Bragançano ¹	x	x	x	x	x
Borrego Terrincho ²	-	-	-	-	-
Borrego do Baixo Alentejo	1520	1400	1100	950	1380
Borrego de Monte.-o-Novo	1500	1200	900	900	1100
Borrego do Nordeste Alentejano ²	-	-	-	-	-
MÉDIAS (ponderadas)	1513	1329	1029	932	1281

¹: Não tiveram acesso aos preços no consumidor

²: Não houve desmancha



Quadro 15 - Distribuição dos abates de ovinos com nomes protegidos em percentagem do peso das carcaças – Ano: 1999

Cordeiro Bragançano.

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
15	14	9	9	9	9	7			3	10	15

Borrego Terrincho

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	10	10	10	10	10	10	10			10	20

Borrego do Baixo Alentejo

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
8	8	10	10	8	8	7	7	7	10	8	9

Borrego de Montemor-O-Novo

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
9	9	14	9	12	11	6	11	4	2	4	9

Borrego do Nordeste Alentejano

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
8	8	11	7	7	9	7	7	9	5	6	16

Quadro 16 - Modalidades de escoamento

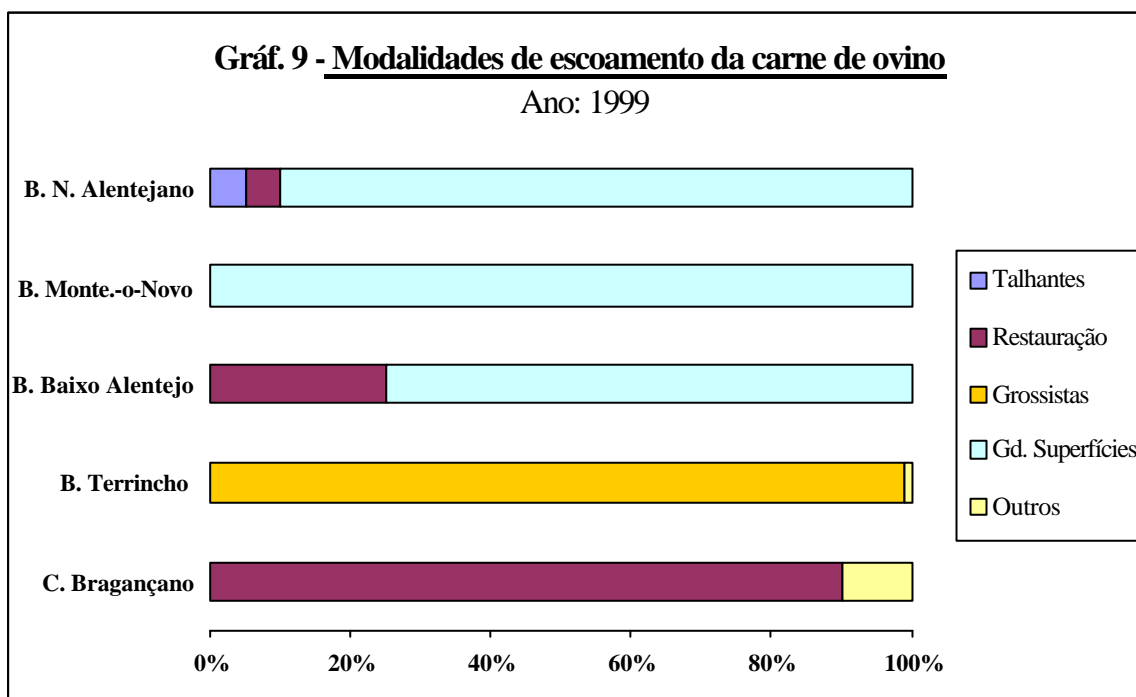
Ano: 1999

Em %

Designação	Talhantes	Restauraç ^o	Grossistas	Grandes Superfíc.	Outros
Cordeiro Bragançano	-	90	-	-	10
Borrego Terrincho	-	-	99	-	1
Borrego do Baixo Alentejo	-	25	-	75	-
Borrego de Monte.-o-Novo	-	-	-	100	-
Borrego do Nordeste Alentejano	5	5	-	90	-
MÉDIAS (ponderadas)	1,7	3,3	2,5	92,3	0,2

Gráf. 9 - Modalidades de escoamento da carne de ovino

Ano: 1999



4.4 – Carnes de caprino

Genérico:

A produção líquida, em peso limpo, de carne de caprinos em 1999 foi de 2.547 t., correspondendo a uma diminuição de -11% relativamente ao ano anterior.

Em termos dos abates de cabritos aprovados para consumo, a produção de carne foi de 911t., correspondendo a 167.054 cabeças, o que equivaleu respectivamente a reduções de -1,7% e -3,1% relativamente a 1998.

Para a globalidade do sector e em 1999, o peso médio das carcaças de cabrito foi de 5,5kg.

Também neste caso o consumo tem características sazonais, sendo o Natal (Dezembro), a Páscoa (Abril) e o período dos Santos Populares (Junho e Julho) os picos tradicionais de consumo.

Os preços da carne de caprinos, em termos de cotações médias em 1999, revelaram uma tendência de redução relativamente ao ano anterior, cuja ordem de grandeza estará compreendida entre 2 a 4%.

Produção:

A produção de cabritos com nomes protegidos em 1999 representava **1,9%** do total no País em número de cabeças e **2,0%** em toneladas de carcaças.

Em relação a 1998, registou-se um aumento de **72%** no número destes cabritos abatidos e **65%** no peso das respectivas carcaças.

O peso médio das carcaças de cabrito com nomes protegidos foi de **5,8 kg** em 1999.

O **Cabrito de Barroso** destaca-se com **75%** na produção de carnes de caprino com nomes protegidos.

Preços:

A harmonização das respostas permitiu uniformizar os preços a nível do agrupamento.

Houve aumento do preço médio mais frequente, em esc/kg de carcaça e relativamente ao ano anterior, tendo para o efeito contribuído exclusivamente o Cabrito Transmontano (+14%), que passou de 1620 para 1850 esc/kg.

Comercialização.

Em 1999, **75%** das carnes de caprino com nomes protegidos foi vendida fora dos concelhos de produção e áreas limítrofes. Cerca de **25%** foi vendida no interior dos respectivos concelhos de produção, com um peso determinante no caso do Cabrito Transmontano (100%).

Não se registaram exportações a partir dos agrupamentos.

Os meses de Abril e Dezembro concentram em geral o maior volume de abates, confirmando a importância da Páscoa e do Natal como períodos preferenciais de consumo.

Dos meios de promoção utilizados verifica-se uma distribuição quase equitativa e uma situação estável relativamente ao ano anterior, embora se deva assinalar uma ligeira preferência pelas **Feiras**.

Modalidades de escoamento:

Para o conjunto das carnes de cabrito com nomes protegidos, a modalidade **Grandes Superfícies** foi responsável por **60%** do escoamento total em 1999.

A carne de **Cabrito Transmontano** foi principalmente escoada através da Restauração (66%), representando uma excepção.

Condicionantes da produção:

Os principais factores a condicionar a produção em 1999, foram o limitado número de criadores de caprinos aderentes e os baixos preços da carne de cabrito sem nome protegido, segundo a opinião dos agrupamentos.

Quadro 17 – Carnes de caprino com nomes protegidos em 1999

Nomes protegidos (em 1999)	Despachos normativos	Agrupamentos Gestores	OPC	Com produção (1999)
Cabrito Transmontano (DOP)	D.21/94 DR II Série, 31/01	CAPRISSERRA	ANCRAS	✓
Cabrito do Barroso (IGP)	D.22/94 DR II Série, 31/01	C.A.P.B.S.Montalegre	TRAD ^{ao} QUAL ^{dade}	✓
Cabrito das Terras Altas do Minho (IGP)	D.24/94 DR II Série, 04/02	A.M.S.G. Mútua Basto	Norte e Qualidade	✓
Cabrito da Beira (IGP)	D.58/94 DR II Série, 15/02	A.P.Q.D. C. Branco	U.F.A. Beira Interior	✗
Cabrito da Gralheira (IGP)	D.41/94 DR II Série, 03/02	CASSEPEDRO	ADRL	✗
5		5	5	3

AGRUPAMENTOS GESTORES :

CAPRISSERRA:	Cooperativa de Produtores de Cabrito de Raça Serrana, CRL
C.A.P.B.S.Montalegre:	Cooperativa Agrícola de Produtores de Batata de Semente de Montalegre, CRL
A.M.S.G. Mútua Basto:	Associação Mútua de Seguro de Gado – Mútua de Basto
A.P.Q.D. C. Branco:	Associação de Produtores de Queijo do Distrito de Castelo Branco
CASSEPEDRO:	Cooperativa Agro-Pecuária de S.Pedro do Sul, CRL

OPC: ORGANISMOS PRIVADOS DE CONTROLO E CERTIFICAÇÃO :

ANCRAS:	Associação Nacional de Caprincultores da Raça Serrana
TRAD^{ao}QUAL^{dade}:	Tradição e Qualidade - Associação Interprofissional para os Produtos Agro-alimentares de Trás-os-Montes
Norte e Qualidade:	Instituto de Certificação de Produtos Agro-Alimentares
U.F.A. Beira Interior:	União das Federações de Agricultores da Beira Interior
ADRL:	Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões

Quadro 18 - Número de caprinos abatidos e respectiva produção de carne
Ano: 1999

Designação	Cabritos vivos £10 kg nº de cabeças	Quilos kg de carcaça
Cabrito Transmontano	1157	5692
Cabrito de Barroso	3882	23292
Cabrito das Terras Altas do Minho	425	2480
TOTAL	5464	31464

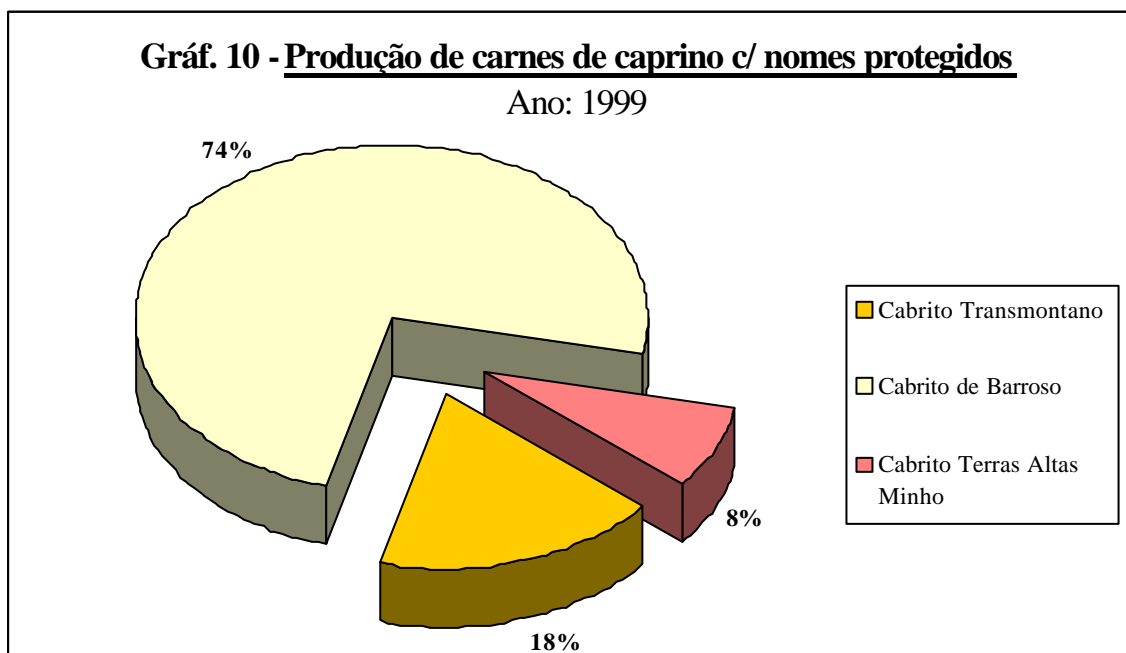
Quadro 19 - Preços das carnes de caprino, ao agrupamento
preços mais frequentes das carcaças - Ano 1999

Designação	Preço mais frequente	Preço mínimo	Preço máximo
Cabrito Transmontano¹	1850	1800	1900
Cabrito de Barroso²	2250	2250	2250
Cabrito das Terras Altas do Minho²	2205	2205	2205
MÉDIAS (ponderadas)	2174	2165	2183

esc/kg

¹: Os preços da carne de Cabrito Transmontano não são comparáveis aos das 1ª versões de 1997 e 1998, porque vinham reportados ao produtor.

²: Os preços destas carnes não são comparáveis aos da 1ª versão de 1998, porque vinham reportados ao produtor.



Quadro 20 - Distribuição dos abates de caprinos com nomes protegidos em percentagem do peso das carcaças – Ano: 1999

Cabrito Transmontano.

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
12	14	14	15		8	5	9				23

Cabrito de Barroso

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
5	5	10	23	10	9	11	8	2	5	6	6

Cabrito das Terras Altas do Minho ¹

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
		x	x	x	x	x	x				x

¹: Valores não disponibilizados

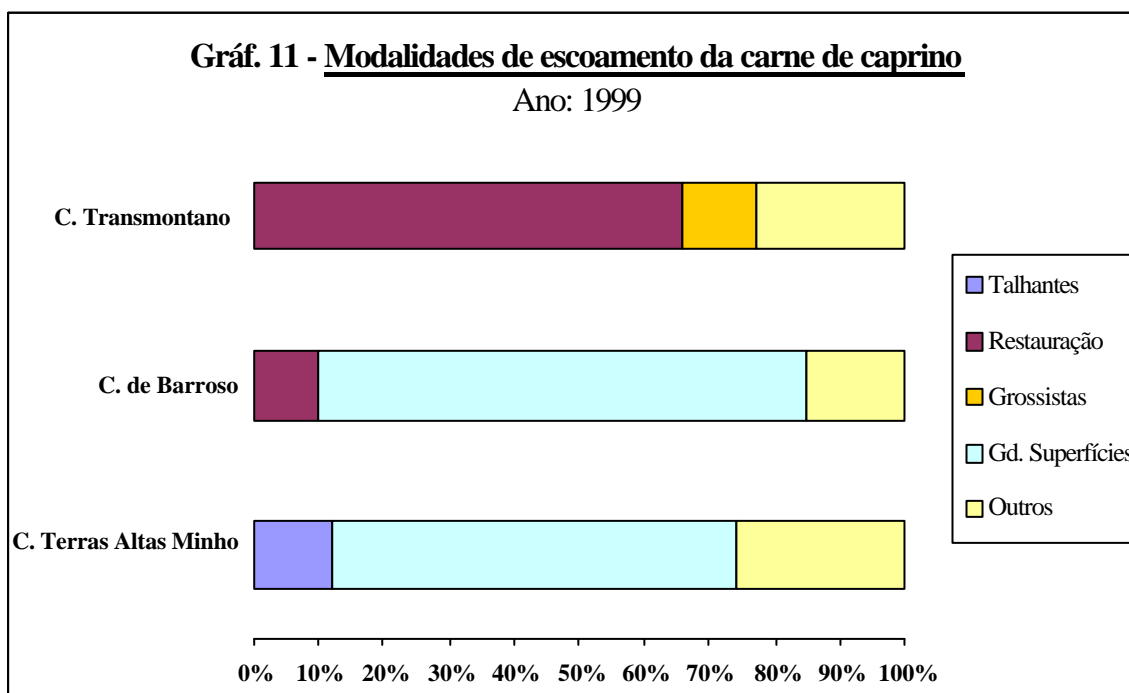
Quadro 21 - Modalidades de escoamento

Ano: 1999

Em %

Designação	Talhantes	Restauraç ^o	Grossistas	Grandes Superfíc.	Outros ¹
Cabrito Transmontano	-	66	11	-	23
Cabrito de Barroso	-	10	-	75	15
Cabrito Terras Altas Minho	12	-	-	62	26
TOTAL	0,9	19,3	2,0	60,4	17,3

¹: Principalmente “Feiras”



4.5 – Produtos de salsicharia

Produção:

Em 1999, o número destes produtos com nomes protegidos manteve-se (**15**) mas o número dos que foram efectivamente produzidos e comercializados aumentou (**13**). Iniciaram a produção este ano a **Linguiça e o Salpicão de Vinhais** e a **Linguiça de Portalegre**.

Em termos da evolução da quantidade produzida relativamente a 1998, há a registar que a **Alheira de Mirandela** passou de uma produção de 200.000 t em 1998 para 50000 t em 1999 e a generalidade dos produtos de salsicharia reduziu a sua produção em 1999.

O **Presunto de Barrancos** e a **Morceira de Cozer de Portalegre** foram os únicos a registar aumentos, contrariando a tendência maioritária.

Tratou-se pois de uma tendência inversa à verificada em 1998 relativamente a 1997.

Depois da **Alheira de Mirandela**, foram o **Presunto de Barrancos**, a **Farinheira** e o **Chouriço de Portalegre** os mais relevantes em termos de quantidade produzida.

Preços:

Em relação ao ano anterior, houve reduções nos preços mais frequentes do **Presunto de Barrancos** (-4%), no **Lombo Branco de Portalegre** (-16%) e no **Chouriço de Portalegre** (-3%). Nos restantes produtos verificaram-se aumentos destes preços, variando segundo o produto (de +4% a +43%).

O **Salpicão de Vinhais**, o **Presunto de Barrancos**, os **Lombos de Portalegre** e a **Linguiça de Vinhais**, destacam-se, por esta ordem, pelo elevado nível dos preços (4000 a 6000 esc/kg) relativamente aos outros produtos de salsicharia.

Não se conseguiu obter os preços mais frequentes dos produtos similares sem nomes protegidos. Em 1997 contudo, as respectivas diferenças variavam acentuadamente de acordo com o produto em causa.

Comercialização:

As vendas pelos produtores realizaram-se maioritariamente, **84%**, no País mas fora dos concelhos de produção ou limítrofes, tendo-se registado exportação directa apenas no caso do Presunto de Barrancos (5%).

O calendário das vendas destes produtos pode ser resumido da seguinte forma:

- Os **produtos de Portalegre** apresentaram maior percentagem de vendas entre Setembro e Dezembro.
- O **Presunto de Barrancos** foi vendido ao longo de quase todo ano, excepto Outubro e Novembro.
- A **Alheira de Mirandela** apresentou um padrão de vendas mais ou menos uniforme ao longo do ano, com ligeiro destaque entre Janeiro e Março.

A promoção destes produtos foi feita essencialmente através da **Imprensa** escrita, das **Feiras e Painéis**, por esta ordem.

Modalidades de escoamento:

As **Grandes Superfícies** com **63%** do total, foram a modalidade de escoamento mais utilizada. Esta modalidade foi a mais utilizada para a Alheira de Mirandela e para os produtos de salsicharia de Portalegre; para os produtos de Vinhais, as vendas **Directas** ao consumidor foram utilizadas em exclusivo.

Relativamente a 1998, verificou-se um menor peso das **Grandes Superfícies** neste processo e um reforço da **Restauração**.

Condicionantes da produção:

Entre os factores que poderiam condicionar a produção dos produtos de salsicharia com nomes protegidos, foram referenciados essencialmente: o número de salsicheiros aderentes, os circuitos de comercialização e o marketing, este último no caso dos produtos de Portalegre.

Quadro 22 – Produtos de salsicharia com nomes protegidos em 1999

Nomes protegidos (em 1999)	Despachos normativos (DR II Série)	Agrupamentos Gestores	OPC	Com Produção (1999)
Presunto de Barrancos (<i>DOP</i>)	D.23/95; 17/08	ACPA	ANCPA	✓
Presunto de Barroso (<i>IGP</i>)	D.43/94; 03/02	C.A.P.B.S.Montalegre	TRAD ^{ao} QUAL ^{dade}	✗
Lombo Branco de Portalegre (<i>IGP</i>)	D.16/96; 20/04	NATUR-AL-CARNES	AADP	✓
Lombo Enguitado de Portalegre (<i>IGP</i>)	“	“	“	✓
Painho de Portalegre (<i>IGP</i>)	“	“	“	✓
Cacholeira Branca de Portalegre (<i>IGP</i>)	“	“	“	✗
Chouriço Mouro de Portalegre (<i>IGP</i>)	“	“	“	✓
Linguiça de Portalegre (<i>IGP</i>)	“	“	“	✓
Morcele de Assar de Portalegre (<i>IGP</i>)	“	“	“	✓
Morcele de Cozer de Portalegre (<i>IGP</i>)	“	“	“	✓
Farinheira de Portalegre (<i>IGP</i>)	“	“	“	✓
Chouriço de Portalegre (<i>IGP</i>)	“	“	“	✓
Salpicão de Vinhais (<i>IG</i>)	D.139/96; 30/12	ANCSUB	TRAD ^{ao} QUAL ^{dade}	✓
Linguiça de Vinhais (<i>IG</i>)	“	“	“	✓
Alheira de Mirandela (<i>ETG</i> ,	D.137/96; 30/12	ACIM	“	✓
15		5	3	13

AGRUPAMENTOS GESTORES:

ACPA:	Associação de Criadores de Porco Alentejano
C.A.P.B.S.Montalegre:	Cooperativa Agrícola dos Produtores de Batata de Semente de Montalegre
NATUR-AL-CARNES:	Agrupamento de Produtores Pecuários do Norte Alentejo
ANCSUB:	Associação Nacional de Criadores de Suínos de Raça Bísara
ACIM:	Associação Comercial e Industrial de Mirandela

OPC: ORGANISMOS PRIVADOS DE CONTROLO E CERTIFICAÇÃO :

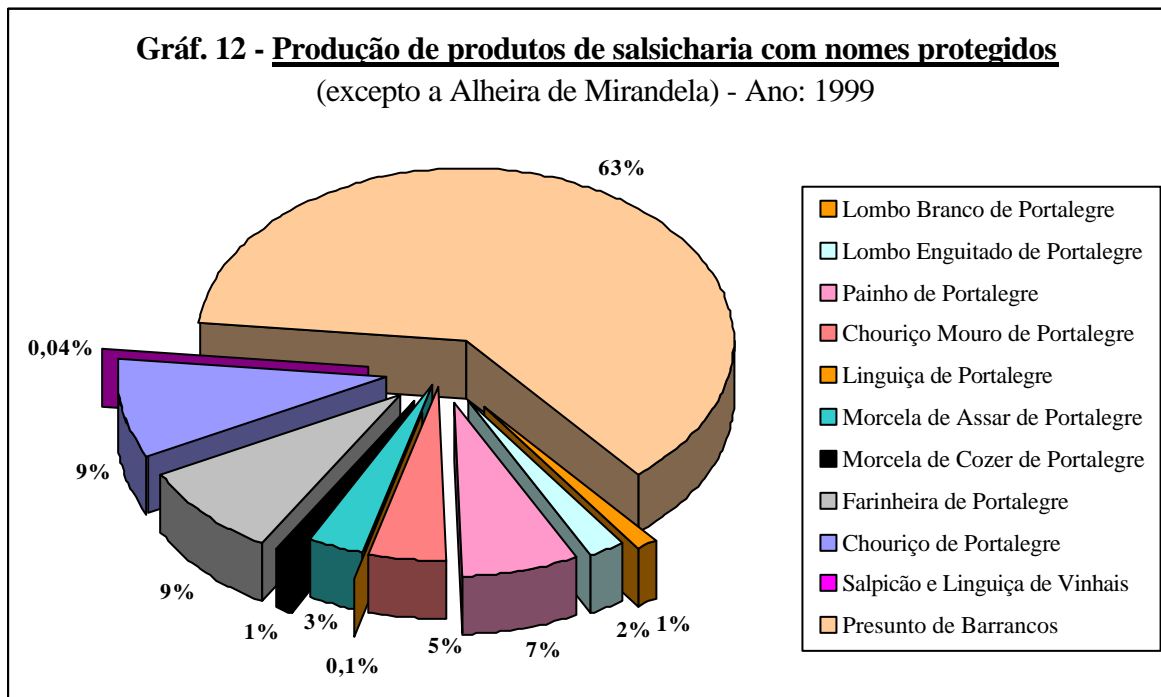
ANCPA:	Associação Nacional dos Criadores de Porco Alentejano
AADP:	Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre
TRAD^{ao}QUAL^{dade}:	Tradição e Qualidade - Associação Interprofissional para os Produtos Agro-Alimentares de Trás-os-Montes

Quadro 23 - Elementos envolvidos e respectivas produções

Ano: 1999

Designação	Nº de Unidades Transformação	Número Matadouros	Produção (kg)
Lombo Branco de Portalegre ¹	5	1	420
Lombo Enguitado de Portalegre			714
Painho de Portalegre			2241
Chouriço Mouro de Portalegre			1504
Linguiça de Portalegre			32
Morcela de Assar de Portalegre			1093
Morcela de Cozer de Portalegre			300
Farinheira de Portalegre			2932
Chouriço de Portalegre			2888
Salpicão de Vinhais	1	1	6
Linguiça de Vinhais	1	1	6
Presunto de Barrancos	2	1	19995
Alheira de Mirandela	4	-	50000

¹: Valores comuns aos produtos de salsicharia de Portalegre no seu conjunto.

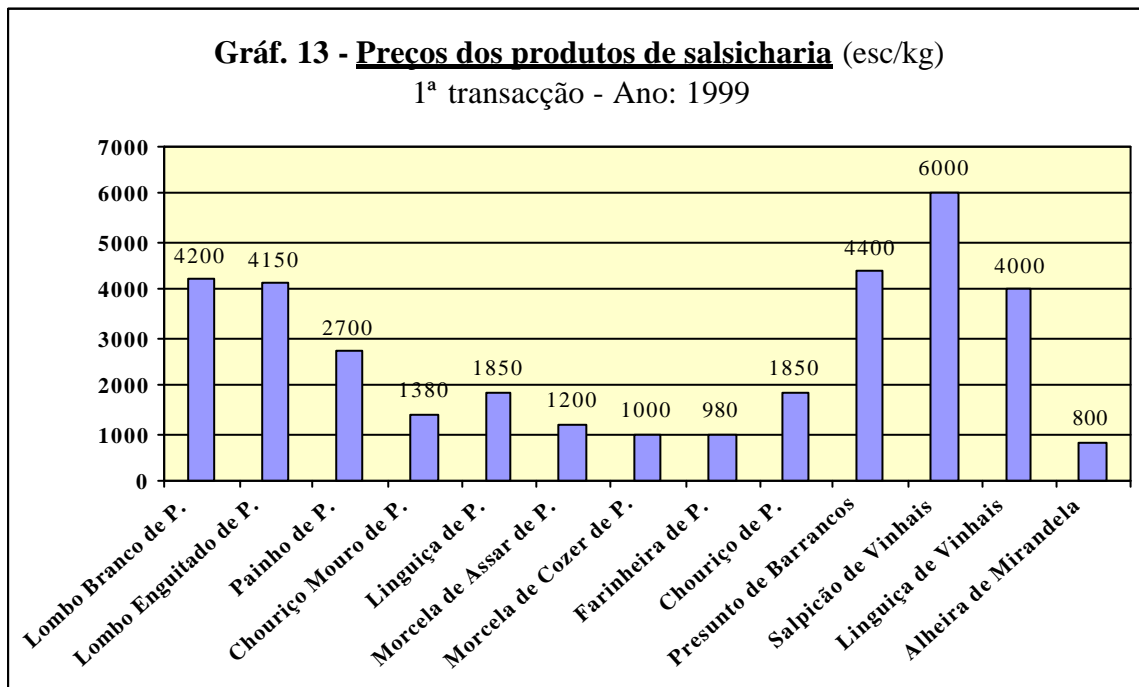


Quadro 24 - Preços relativos à primeira transacção
Ano: 1999

Designação	Preços mais frequentes
Lombo Branco de Portalegre	4200
Lombo Enguitado de Portalegre	4150
Painho de Portalegre	2700
Chouriço Mouro de Portalegre	1380
Linguiça de Portalegre	1850
Morcela de Assar de Portalegre	1200
Morcela de Cozer de Portalegre	1000
Farinheira de Portalegre	980
Chouriço de Portalegre	1850
Presunto de Barrancos	4400
Salpicão de Vinhais	6000
Linguiça de Vinhais	4000
Alheira de Mirandela	800

esc/kg

NOTA: Os preços dos produtos similares produzidos na mesma área geográfica sem nomes protegidos não foram apresentados em 1999.



Quadro 25 - Calendário das vendas destes produtos com nomes protegidos em percentagens - Ano: 1999

Lombo Branco de Portalegre

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
30	20									20	30

Lombo Enguitado de Portalegre

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
30	20									20	30

Painho de Portalegre

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
								15	15	40	30

Chouriço Mouro de Portalegre

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
								20	20	40	20

Linguiça de Portalegre

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
								10	20	40	30

MorceLA de Assar de Portalegre

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
								15	5	30	50

MorceLA de Cozer de Portalegre

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
								50			50

Farinheira de Portalegre

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
								5		65	35

Chouriço de Portalegre

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
								10	20	40	30

Salpicão e Linguiça de Vinhais

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
											100

Presunto e Barrancos

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
10	10	10	8	7	7	8	10	10			20

Alheira de Mirandela

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
10	16	13	7	7	5	4	4	9	9	8	8

Quadro 26 - Modalidades de escoamento

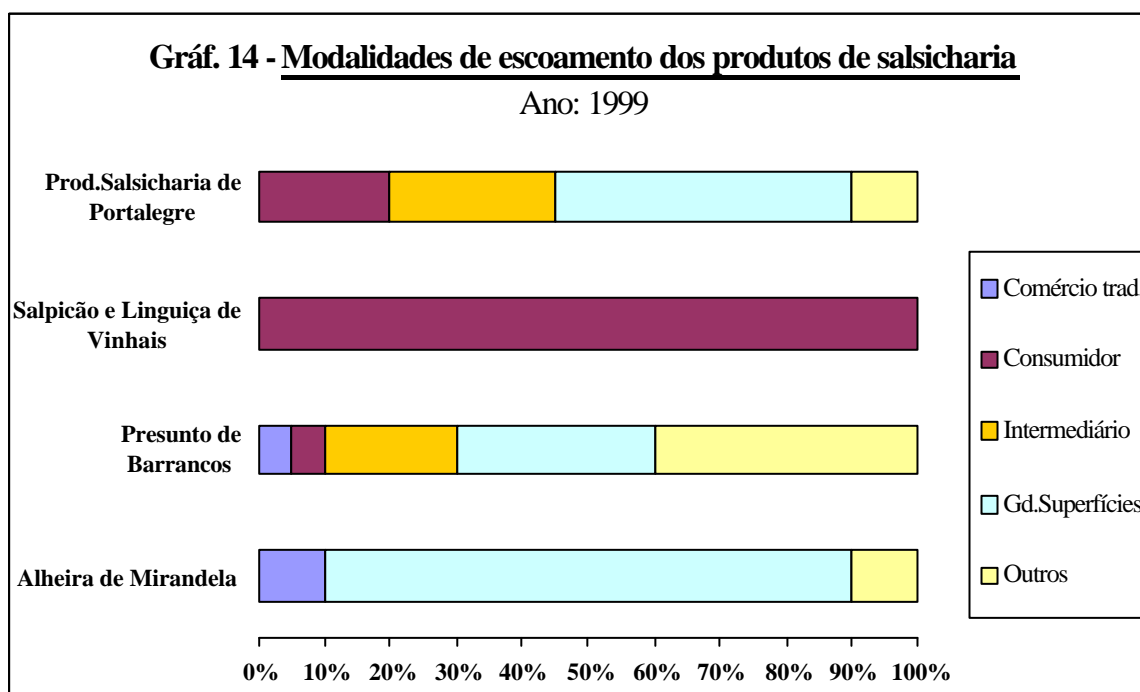
Ano: 1999

Em %

Designação	Comércio tradicional	Consumidor directo	Intermediário	Gd.Superfícies	Outros
Lombo Branco de Portalegre ¹	-	20	25	45	10
Lombo Enguitado de Portalegre					
Painho de Portalegre					
Chouriço Mouro de Portalegre					
Linguiça de Portalegre					
Morcele de Assar de Portalegre					
Morcele de Cozer de Portalegre					
Farinheira de Portalegre					
Chouriço de Portalegre					
Presunto de Barrancos	5	5	20	30	40 ²
Salpicão de Vinhais	-	100	-	-	-
Linguiça de Vinhais	-	100	-	-	-
Alheira de Mirandela	10	-	-	80	10
MÉDIAS (ponderadas)	7,3	4,2	8,6	62,6	17,3

¹: Valores comuns aos produtos de salsicharia de Portalegre no seu conjunto.

²: A maior parte, 35%, foi vendida à Restauração.



4.6 – Méis

Genérico:

A produção nacional total de mel em 1999 foi de 4 465 000kg

A respectiva evolução no triénio 1997-1999, segundo o INE, revela uma tendência crescente, com um aumento global de 21%, com especial incidência no ano de 1999.

O grau de auto-aprovisionamento deste produto no país é da ordem dos 100%.

O respectivo consumo médio per capita/ano é de 0,4kg.

Produção:

Em 1999 mantiveram-se os 12 méis com nomes protegidos e foram comercializados apenas 5 (mais um que no ano anterior, o Mel de Barroso).

A produção destes méis foi de **93147kg**, representando um acréscimo de 24% relativamente a 1998 (75 021kg). Só o **Mel do Parque de Montesinho** contribuiu com **81%** do total, seguindo-se em ordem de importância o Mel da Serra da Lousã com **11%**.

A produção de méis com DOP corresponde a cerca de **2%** da respectiva produção total no País. Por outro lado, as quantidades de méis com DOP relativamente à produção global de mel nas respectivas áreas geográficas de produção foram respectivamente de: 3% (Mel das Terras Altas do Minho), 33% (Mel da Serra de Lousã) e 67% (Mel do Parque de Montesinho), não sendo conhecidos os outros casos.

Preços:

Em relação aos preços mais frequentes de 1998, verificou-se uma estabilização dos respectivos preços em 1999, sendo apenas de assinalar uma redução de -5,9% no Mel das Terras Altas do Minho.

Os preços mais frequentes à primeira transacção variaram de 650 esc/kg a 1600 esc/kg.

Os preços mais frequentes dos méis com DOP, relativamente aos méis similares sem DOP produzidos nas respectivas áreas geográficas, foram superiores respectivamente em: 30% (Mel do Parque de Montesinho), 33% (Mel das Terras Altas do Minho), 67% (Mel da Serra da Lousã) e 167% (Mel do Alentejo).

Comercialização:

Em termos das entidades que comercializaram os méis com DOP, estes podem ser divididos em dois grupos: o 1º no qual os produtores individualmente se encarregaram de comercializar a maior parte do méi produzido, como são os casos do **Mel da Serra da Lousã** (95%) e o **Mel das Terras Altas do Minho** (70%) e o 2º grupo em que coube aos Agrupamentos fazê-lo a 100%, como o **Mel do Parque de Montesinho**, o **Mel do Alentejo** e o **Mel de Barroso**.

A localização geográfica das vendas, por sua vez, não foi uniforme em todos os casos: assim para o **Mel da Serra da Lousã**, o **Mel das Terras Altas do Minho** e o **Mel de Barroso** as vendas efectuaram-se quase totalmente nos concelhos de produção e vizinhança (nível local), para o **Mel do Alentejo 96%** das vendas efectuaram-se no exterior dos concelhos de produção (nível nacional) e o **Mel do Parque de Montesinho** foi **85%** para exportação. No computo geral e em relação a 1998, verificou-se um reforço das vendas a nível local, com um total de 29% e o aumento das exportações para 68% devido ao Mel do Parque de Montesinho.

O meio de promoção mais utilizado para estes produtos foram as **Feiras**, seguindo-se a **Imprensa** escrita.

Modalidades de escoamento:

A estrutura das modalidades de escoamento manteve-se estável relativamente a 1998, prevalecendo as vendas directas ao **Consumidor** para o **Mel das Terras Altas do Minho** (80%). Refira-se também o **Mel do Parque de Montesinho** com 80% vendido a **Intermediário** essencialmente para exportação e o **Mel do Alentejo** com 96% de vendas às **Grandes Superfícies**. O **Mel da Serra da Lousã** e o **Mel de Barroso** escoaram 50% através das **Feiras**.

Condicionantes da produção:

Os factores de condicionamento da produção de méis com DOP, mais frequentemente referidos em 1999, foram as desfavoráveis condições climáticas verificadas e o reduzido número de unidades de extracção licenciadas.

Quadro 27 – Méis com nomes protegidos em 1999

Nomes protegidos (em 1999)	Despachos normativos	Agrupamentos gestores	OPC	Com produção (1999)
Mel da Serra da Lousã (<i>DOP</i>)	D.27/94 DR II Série, 04/02	LOUSAMEL	SICÓ-Qualidade	✓
Mel do Parque de Montesinho (<i>DOP</i>)	D.25/94 DR II Série, 04/02	A.P.M.P.	A. A. P. N. M.	✓
Mel do Ribatejo Norte: Serra d’Aire (<i>DOP</i>) ¹	D.51/94 DR II Série, 03/02	S. A. F. C.	ADIRN	✗
Mel do Ribatejo Norte: Albufeira do Castelo de Bode (<i>DOP</i>) ¹	“	“	“	✗
Mel do Ribatejo Norte: Bairro (<i>DOP</i>) ¹	“	“	“	✗
Mel do Ribatejo Norte: Alto-Nabão (<i>DOP</i>) ¹	“	“	“	✗
Mel das Terras Altas do Minho (<i>DOP</i>)	D.31/94 DR II Série, 03/02	FAFEMEL	Norte e Qualidade.	✓
Mel da Terra Quente (<i>DOP</i>)	D.30/94 DR II Série, 04/02	A. A. N.	A. A. Nordeste	✗
Mel da Serra de Monchique (<i>DOP</i>)	D.26/94 DR II Série, 04/02	COOPACHIQUE	APILGARBE	✗
Mel de Barroso (<i>DOP</i>)	D.23/94 DR II Série, 04/02	CAPOLIB	TRAD ^{ão} QUAL ^{dade}	✓
Mel do Alentejo (<i>DOP</i>)	D.45/94 DR II Série, 03/02	ÉVORAMEL	AADE	✓
Mel dos Açores (<i>DOP</i>)	D/SRAP 94/3 II Série, 01/02	F. INCENSO	IAMA	✗
12		9	9	5

AGRUPAMENTOS GESTORES

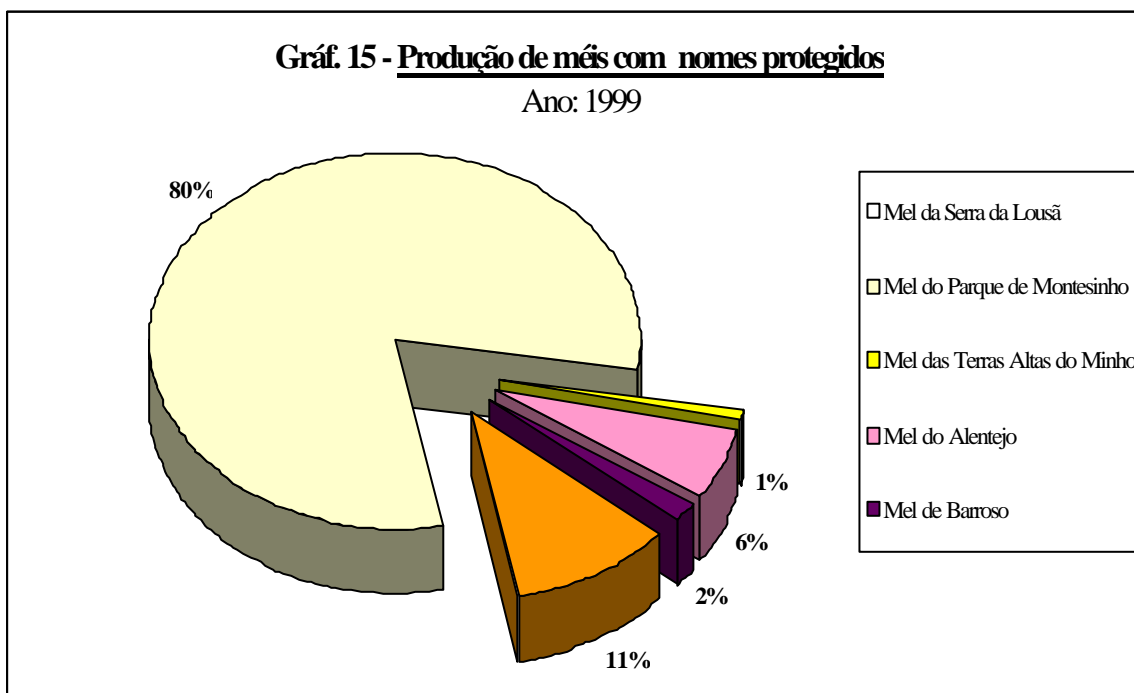
LOUSAMEL:	Cooperativa Agrícola de Apicultores da Lousã e Concelhos Limítrofes, CRL
A.P.M.P.:	Agrupamento de Produtores de Mel do Parque, Lda
S. A. F. C.:	Sociedade de Apicultores da Floresta Central, Lda
FAFEMEL:	Cooperativa dos Produtores de Mel de Fafe, CRL
A. A. N.:	Agrupamento de Apicultores do Nordeste
COOPACHIQUE:	Cooperativa Agrícola do Concelho de Monchique, CRL
CAPOLIB:	Cooperativa Agrícola de Boticas, CRL
ÉVORAMEL:	Cooperativa de Apicultores do Alentejo, CRL
F. INCENSO:	Flor de Incenso – Coop. Apícola da Ilha do Pico, CRL

OPC: ORGANISMOS PRIVADOS DE CONTROLO E CERTIFICAÇÃO

SICÓ-Qualidade.:	Centro de Controlo e Certificação de Produtos Agro-Alimentares de Sicó
A. A. P. N. M.:	Associação dos Apicultores do Parque Natural de Montesinho
ADIRN:	Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte
Norte e Qualidade:	Instituto de Certificação de Produtos Agro-Alimentares
A. A. Nordeste:	Associação dos Apicultores do Nordeste
APILGARBE	Associação dos Apicultores do Barlavento Algarvio
TRAD^{ão}QUAL^{dade}:	Tradição e Qualidade - Associação Interprofissional para os Produtos Agro-Alimentares de Trás-os-Montes
AADE:	Associação de Agricultores do Distrito de Évora
IAMA:	Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas

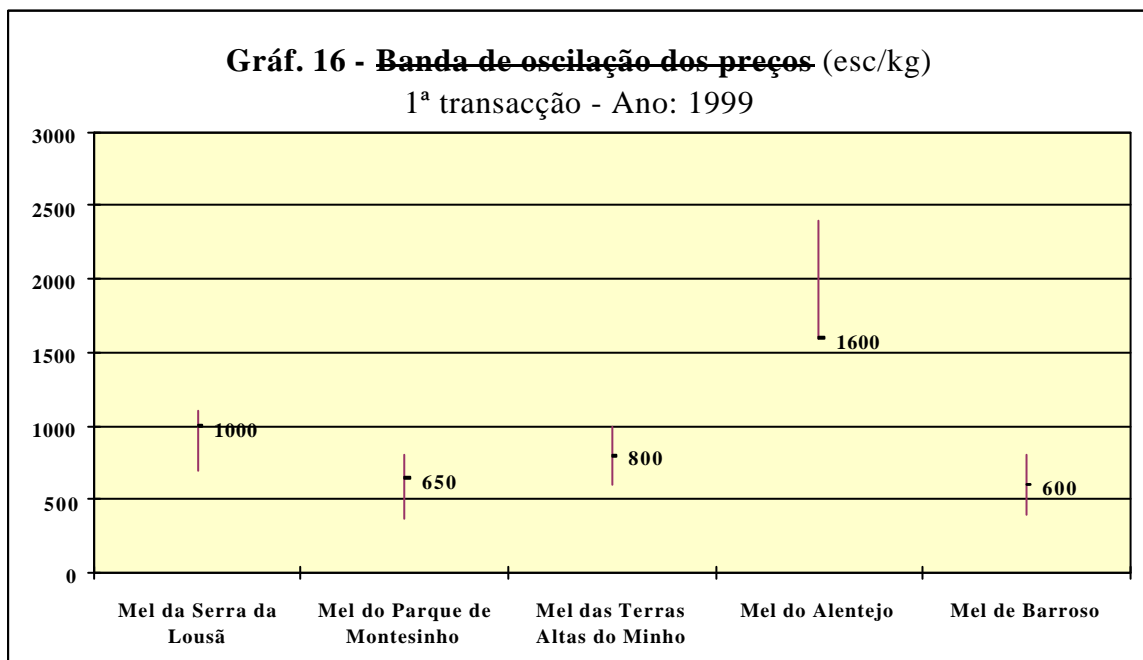
Quadro 28 - Elementos envolvidos e respectivas produções
Ano: 1999

Designação	Nº apicultores	Nº colmeias e cortiços	Produção (kg)
Mel da Serra da Lousã	71	3025	10016
Mel do Parque de Montesinho	363	6600	75000
Mel das Terras Altas do Minho	18	400	800
Mel do Alentejo	7	1217	5831
Mel de Barroso	44	1781	1500
TOTAL	503	13023	93147



Quadro 29 - Preços relativos à primeira transacção
Ano: 1999

Designação	esc/kg		
	Mais Freqüente	Mínimo	Máximo
Mel da Serra da Lousã	1000	700	1100
Mel do Parque de Montesinho	650	370	800
Mel das Terras Altas do Minho	800	600	1000
Mel do Alentejo	1600	1600	2400
Mel de Barroso	600	400	800
MÉDIA (ponderada)	748		



Quadro 30 – Calendário das vendas dos méis com nomes protegidos em percentagens - Ano: 1999

Mel da Serra da Lousã

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
5	5	5	5	5	5			20	20	15	15

Mel do Parque de Montesinho ¹

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
3	3	3	3	3	3	3	3	3	65	3	5

Mel das Terras Altas do Mionho

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
10	5							15		20	50

Mel do Alentejo

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
31						7			48	14	

¹ : Estimativas com base em 1998.

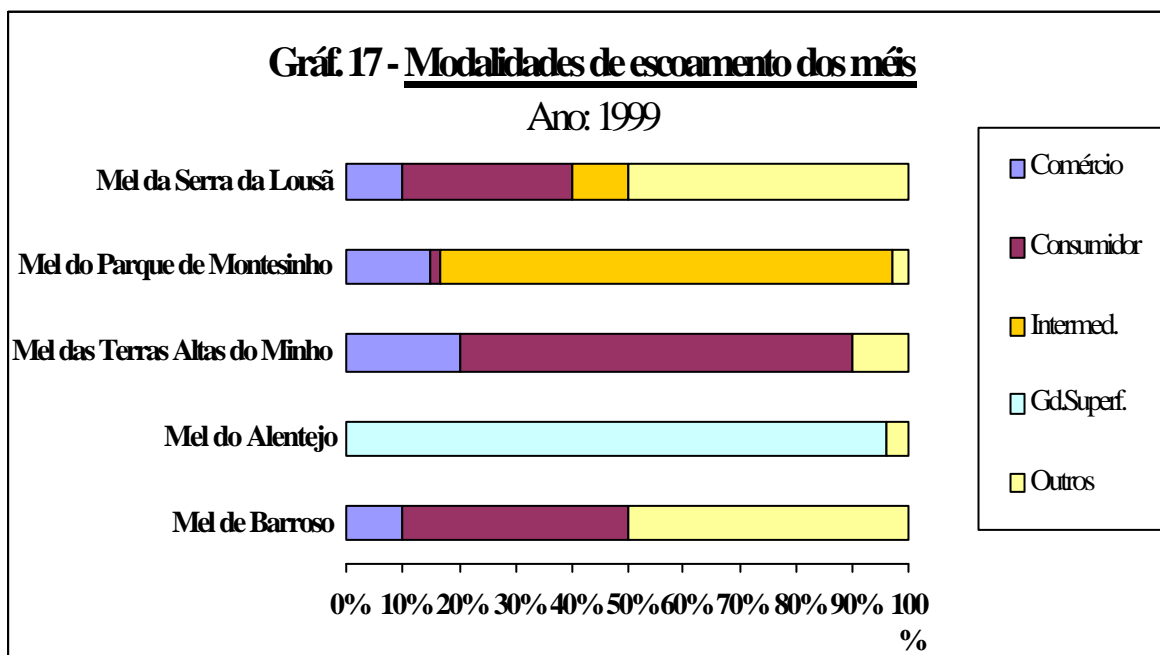
Nota: Não foram disponibilizados dados sobre o Mel de Barroso.

Quadro 31 - Modalidades de escoamento

Ano: 1999

Em %

Designação	Comércio	Consumidor	Intermed.	Gd.Superf.	Outros
Mel da Serra da Lousã	10	30	10	-	50
Mel do Parque de Montesinho	15	2	80	-	3
Mel das Terras Altas do Minho	20	70	-	-	10
Mel do Alentejo	-	-	-	96	4
Mel de Barroso	10	40	-	-	50
MÉDIAS (ponderadas)	13,5	6,1	65,5	6,0	8,9



4.7 – Azeites

Genérico:

A produção nacional total de azeite virgem registou em 1999 um acréscimo de 41% face à campanha anterior. A evolução no triénio 1997-1999, segundo o INE, foi de: 42×10^6 l, 36×10^6 l e 51×10^6 l respectivamente.

As condições climatéricas do ano agrícola 1998/99 foram favoráveis e o azeite produzido foi de boa qualidade.

O grau de auto-provisionamento deste produto no País foi da ordem dos 75%.

O respectivo consumo médio per capita/ano foi de 5,7kg.

Produção:

Em 1999 existiam 6 azeites com nomes protegidos, como em 1998, dos quais 4 foram efectivamente comercializados.

A respectiva produção foi de **776650** l em 1999 e de **589 500** l em 1998 correspondendo a um aumento de **32%**; este é a resultante de um aumento significativo do **Azeite de Moura** (53%), de uma redução importante do **Azeite de Trás-os-Montes** (-61%) e do início da produção dos **Azeites do Ribatejo** e do **Norte Alentejano**.

A produção de azeites com DOP é da ordem de **1,6%** da produção total de azeite no País.

O **Azeite de Moura** é o mais importante em termos da produção com DOP, representando cerca de 88%, seguindo-se o **Azeite de Trás-os-Montes** com 7%.

A área de olival média por exploração varia, conforme as regiões, entre 2ha e 27ha.

Preços:

Em relação aos preços mais frequentes verificou-se uma redução em 1999, com excepção da categoria virgem extra especial do **Azeite de Trás-os-Montes**.

Os preços mais frequentes à primeira transacção variaram de **580** esc/l a **1600** esc/l de acordo com a categoria e o nome do azeite.

A oscilação entre os preços máximo e mínimo foi maior para o **Azeite de Trás-os-Montes** e a categoria virgem extra dos Azeites do Ribatejo.

As diferenças entre os preços mais frequentes dos azeites com DOP e similares sem DOP variou consideravelmente de acordo com os diferentes nomes e categorias. Elas foram mais notórias no caso dos Azeites do Ribatejo (20% a 146%) e nos Azeites do Norte Alentejo (53% para o virgem extra especial).

Comercialização:

No caso do **Azeite de Moura** foi o agrupamento gestor que comercializou a totalidade do produto, enquanto que nos outros casos foram os produtores individualmente a comercializar a totalidade dos azeites.

A localização geográfica das vendas situou-se essencialmente, **61%**, nos concelhos de produção e vizinhança, tendo para o efeito contribuído decisivamente o **Azeite de Moura** (67%). Para os outros azeites as vendas foram efectuadas sobretudo no exterior dos concelhos de produção.

Só não houve exportações para os Azeites do Norte Alentejano, representando aquelas globalmente 3% da quantidade total dos azeites com DOP.

Os meios de promoção mais utilizados para estes produtos foram as **Feiras** e a **Imprensa** escrita.

Modalidades de escoamento:

O escoamento dos azeites, no que se refere à primeira transacção, seguiu dois padrões distintos: enquanto que para o **Azeite de Moura** as vendas ao **Comércio** tradicional foram as mais relevantes com 64% do total comercializado, já para os restantes azeites são mais relevantes as vendas a **Intermediários** e às **Grandes Superfícies**.

Condicionantes da produção:

Os factores de condicionamento da produção dos azeites com DOP mais frequentemente mencionados em 1999, foram os preços mais baixos dos azeites correntes e as deficiências nos circuitos de comercialização.

Quadro 32 – Azeites com nomes protegidos em 1999

Nomes protegidos (em 1999)	Despachos normativos	Agrupamentos gestores	OPC	Com produção (1999)
Azeite de Moura (DOP)	D.8/94 DR II Série, 26/01	C.A M. e Barrancos	ATOM	✓
Azeite de Trás-os-Montes (DOP)	D.34/94 DR II Série, 03/02	A.O.T.M. e A. D.	A.I.A. T.M e A. D.	✓
Azeite da Beira Baixa ¹ (DOP)	D.59/94 DR II Série, 03/02	A.P.A. da B.Interior	A.O. da B.Interior	✗
Azeite da Beira Alta ¹ (DOP)	“	“	“	✗
Azeites do Ribatejo (DOP)	D.28/94 DR II Série, 04/02	A.A. do Ribatejo	APRODER	✓
Azeites do Norte Alentejano (DOP)	D.61/94 DR II Série, 15/02	APAFNA	AADP	✓
6		5	5	4

¹: Nomes integrados na DOP “Azeites da Beira Interior”

AGRUPAMENTOS GESTORES

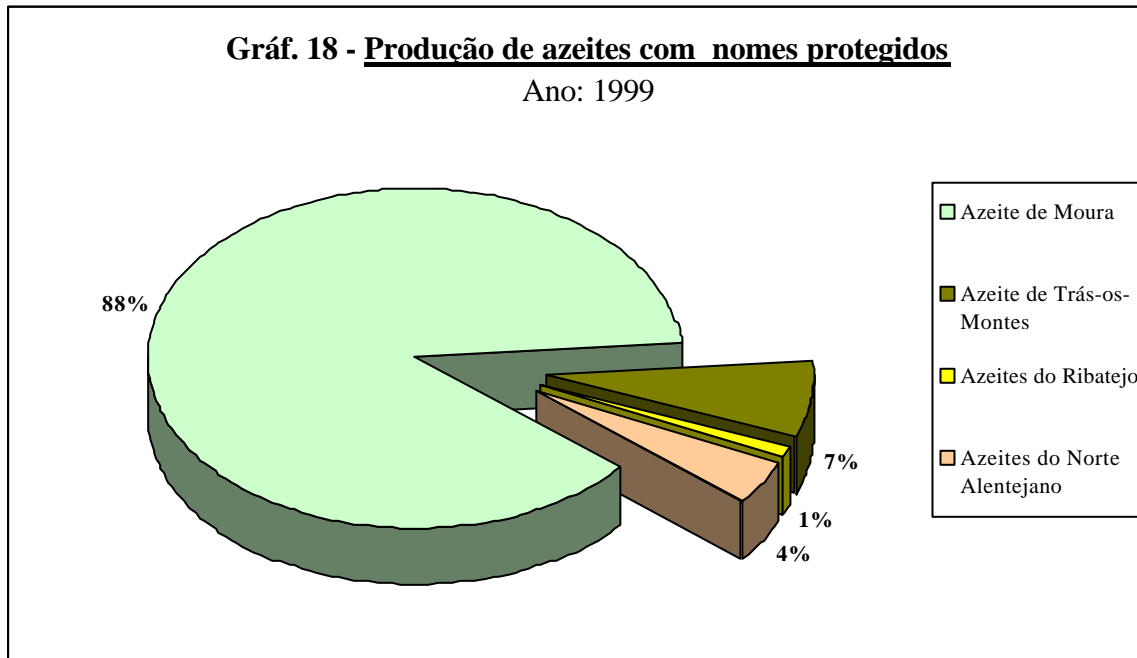
C.A M. e Barrancos:	Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos
A.O.T.M. e A. D.:	Associação de Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro
A.P.A. da B. Interior:	Associação de Produtores de Azeite da Beira Interior
A.A.do Ribatejo:	Associação de Agricultores do Ribatejo
APAFNA:	Agrupamentos de Produtores Agrícolas e Florestais do Norte Alentejano

OPC: ORGANISMOS PRIVADOS DE CONTROLE E CERTIFICAÇÃO

ATOM:	Associação Técnica dos Olivicultores de Moura
A.I.A. T.M e A.D.:	Associação Interprofissional de Azeite de Trás-os-Montes e Alto Douro
A.O. da B. Interior:	Associação de Olivicultores da Beira Interior
APRODER:	Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo
AADP:	Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre

Quadro 33 - Elementos envolvidos e respectivas produções
Campanha: 1998/99

Designação	Nº explorações	Área de olival (ha)	Produção (t)
Azeite de Moura	800	15000	680000
Azeite de Trás-os-Montes	5770	9809	57000
Azeites do Ribatejo	3	82	9150
Azeites do Norte Alentejano	200	700	31500
TOTAL	6773	25591	777650



**Quadro 34 - Produção de azeites com nomes protegidos
por grau de acidez máxima**

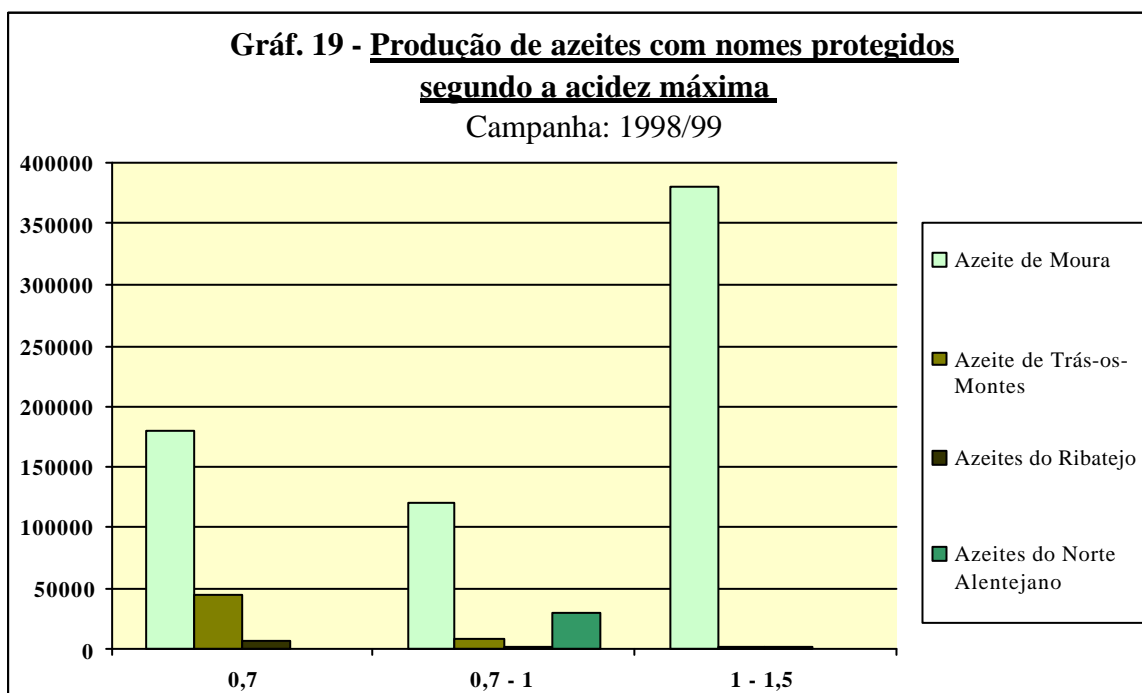
Campanha: 1998/99

Designação	0,7 °	0,7 ° - 1 °	1 ° - 1,5 °	Total
Azeite de Moura	180000	120000	380000	680000
Azeite de Trás-os-Montes	45000	10000	2000	57000
Azeites do Ribatejo	7000	1150	1000	9150
Azeites do Norte Alentejano	-	31500	-	31500
TOTAL	232000	162650	394650	777650

litros

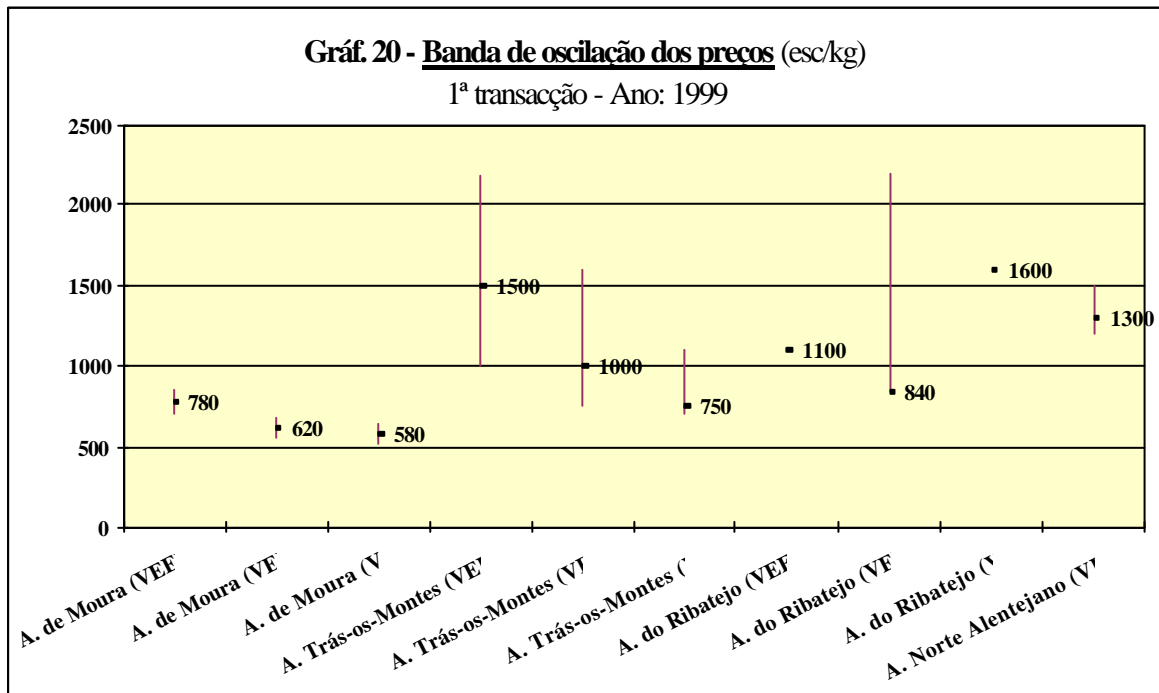
**Gráf. 19 - Produção de azeites com nomes protegidos
segundo a acidez máxima**

Campanha: 1998/99



Quadro 35 - Preços relativos à primeira transacção
Ano de comercialização: 1999

Designação	esc/litro		
	Mais Freqüente	Mínimo	Máximo
Azeite de Moura			
(VEE)	780	700	860
(VE)	620	560	680
(V)	580	520	640
Azeite de Trás-os-Montes			
(VEE)	1500	1000	2190
(VE)	1000	750	1600
(V)	750	700	1100
Azeites do Ribatejo			
(VEE)	1100	1100	1100
(VE)	840	840	2200
(V)	1600	1600	1600
Azeites do Norte Alentejano			
(VEE)	-	-	-
(VE)	1300	1200	1500
(V)	-	-	-



**Quadro 36 – Calendário das vendas dos azeites com nomes protegidos
em percentagens - Ano: 1999**

Azeite de Moura

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
14	8	9	9	7	5	5	5	8	6	7	17

Azeite de Trás-os-Montes ¹

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
			x	x	x	x	x	x	x	x	

Azeites do Ribatejo

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2	2	6	10	10	10	10	10	10	10	10	10

Azeites do Norte Alentejano ²

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

¹: Com base nas informações, embora incompletas, de 1997.

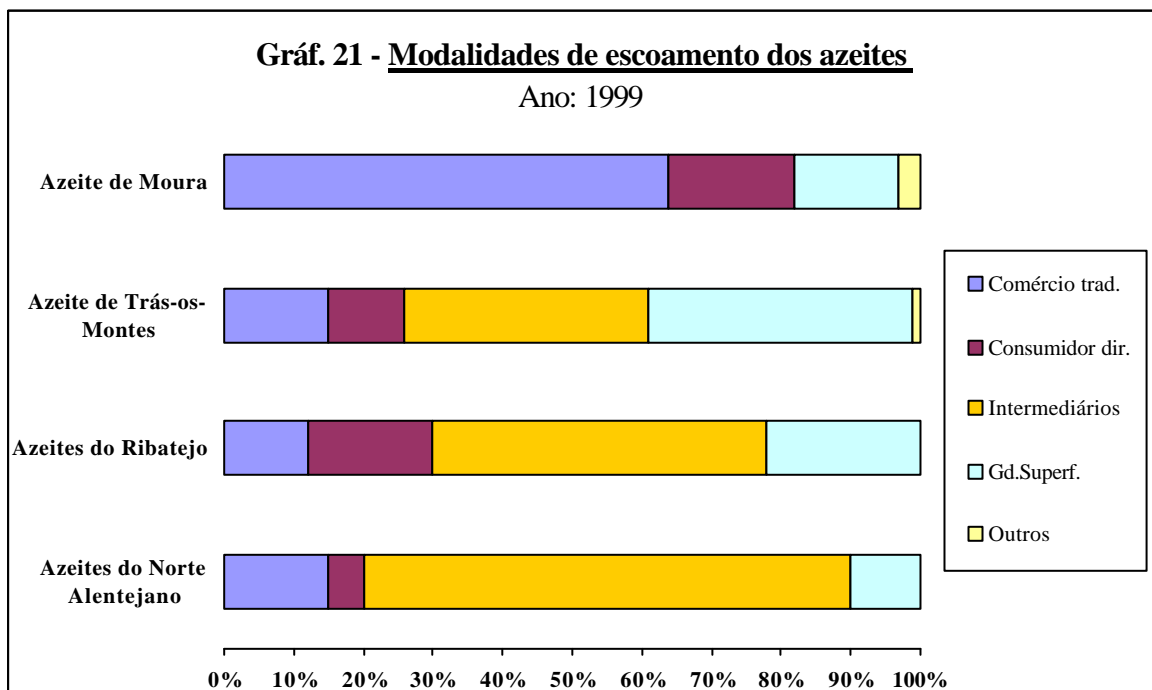
²: Dados não disponibilizados.

Quadro 37 - Modalidades de escoamento

Ano: 1999

Em %

Designação	Comércio tradicional	Consumidor directo	Intermed.	Gd.Superf.	Outros
Azeite de Moura	64	18	-	15	3
Azeite de Trás-os-Montes	15	11	35	38	1
Azeites do Ribatejo	12	18	48	22	-
Azeites do Norte Alentejano	15	5	70	10	-
MÉDIAS (ponderadas)	59,6	17,5	3,3	16,8	2,8



4.8 – Frutos

Genérico:

Relativamente às espécies de fruteiras tratadas neste capítulo apresentam-se em seguida alguns dados globais, para facilitar referências e enquadramentos dos casos particulares dos frutos com nomes protegidos:

Designação	Produção Nacional 1999 (t.)	Produção Nacional 1998 (t.)	Evolução 98/99 (%)
<i>Maçã</i>	261587	165404	158
<i>Cereja</i>	12765	3155	405
<i>Pêra Rocha</i>	9500	160000	6
<i>Pêssego</i>	88947	66034	135
<i>Ameixa</i>	17948	14879	121
<i>Ananás S.Miguel</i>	x	x	x
<i>Castanha</i>	20767	22022	94

Notas:-Dados do INE, com excepção da Pêra Rocha e do Ananás em S:Miguel.
 -É pouco significativa a produção não certificada de Ananás em S.Miguel.
 -A baixa produção da Pêra Rocha deveu-se às adversas condições climáticas.
 -Os dados do INE de 1999 são ainda provisórios, sendo definitivos os de 1998.

As condições climáticas em 1999, não obstante a ocorrência de geadas no Inverno, foi favorável ao ciclo vegetativo das fruteiras tendo a produção das principais pomóideas e prunóideas crescido em relação à campanha anterior (fonte: INE).

Produção:

Em 1999 existiam 19 frutos com nomes protegidos, como em 1998, dos quais apenas 8 foram comercializados (7 em 1998).

Designação	Percentagens do total com DOP	Evolução DOP 1998-1999 (%)	DOP/Total da área geográfica (%)
Maçã da Cova da Beira	10,92	-12	6
Cereja de S.Julião - Portalegre	0,05	1	17
Cereja da Cova da Beira	2,20	15	2
Pêra Rocha do Oeste	30,62	-97	16
Pêssego da Cova da Beira	19,03	164	5
Ameixa d'Elvas (confitada)	0,22	68	27
Ananás dos Açores/S.Miguel	36,83	1	x
Castanha da Padrela (verde)	0,14	-	19

Por ordem de importância da produção, os mais relevantes foram o **Ananás dos Açores/S.Miguel** e a **Pêra Rocha do Oeste**.

Preços:

A evolução dos preços mais frequentes 1999/98 e a relação dos preços DOP e sem DOP nas respectivas áreas geográficas, vêm resumidos no quadro seguinte:

Designação	Evolução dos preços DOP 1998-1999 (%)	Relação dos preços DOP/Sem DOP 1999 (%)
Maçã da Cova da Beira	-12,5	0,0
Cereja de S.Julião - Portalegre	12,5	36,4
Cereja da Cova da Beira	-14,3	0,0
Pêra Rocha do Oeste	x	x
Pêssego da Cova da Beira	-11,1	0,0
Ameixa d'Elvas (confitada)	11,1	11,1
Ananás dos Açores/S.Miguel	-1,7	x
Castanha da Padrela (verde)	-	38,9

Os preços mais frequentes à primeira transacção variaram de **2000** esc/kg (Ameixa d'Elvas confitada) a **70** esc/kg (Maçã da Cova da Beira).

A oscilação entre os preços máximo e mínimo foi maior nos casos da **Ameixa d'Elvas**, **Cereja da Cova da Beira** e do **Ananás dos Açores/S.Miguel**.

Comercialização:

A **Ameixa d'Elvas** foi na totalidade comercializada através de intermediários; a **Cereja de S.Julião** foi por sua vez toda comercializada pelos produtores individualmente; a **Castanha da Padrela** foi toda comercializada por uma entidade privada; a **Pêra Rocha do Oeste** foi comercializada por outros agentes (que não o agrupamento, nem os produtores individualmente); para os restantes frutos foram os agrupamentos os principais responsáveis pela respectiva comercialização.

A localização geográfica das vendas, já não se distribuiu de forma equilibrada pelos níveis local e nacional, como no ano anterior. Assim, 60% das vendas globais destes frutos realizaram-se a nível nacional, 31% foram para exportação (principalmente devido à Pêra Rocha do Oeste) e 9% a nível local.

O meio de promoção mais utilizado para os frutos foi “**Feiras e certames**”.

*Modalidades de escoamento*¹:

O escoamento dos frutos na primeira transacção e na sua maioria, efectuou-se para os **Intermediários** (42%); as **Grandes Superfícies** (37%) seguem-se na ordem de importância relativa. No entanto, o **Comércio** tradicional continua sendo relevante para a **Cereja de S.Julião** (70%), para a **Maçã da Cova da Beira** (55%) e a **Ameixa d'Elvas** confitada (50%).

1: Não foram disponibilizados dados sobre o escoamento da Pêra Rocha do Oeste.

Condicionantes da produção:

Os factores de condicionamento da produção dos frutos com DOP, mais frequentemente referidos em 1999 foram as desfavoráveis condições climatéricas e limitações nos circuitos de comercialização.

Quadro 38 – Frutos com nomes protegidos em 1999

Nomes protegidos (em 1999)	Despachos normativos (DR II Série)	Agrupamentos gestores	OPC	Com produção (1999)
Castanha dos Soutos da Lapa (DOP)	D 37/94; 04/02	BANDARRA.	A. C. I. L. V. D.	✗
Castanha Marvão - Portalegre (DOP)	D 53/94; 03/02	APAFNA	AADP	✗
Castanha da Terra Fria (DOP)	D 44/94; 03/02	A. P. C. C. B.	TRAD ^{ção} QUAL ^{dade}	✗
Castanha da Padrela (DOP)	D 42/94; 03/02	A.R.A.T.M.	“	✓
Amêndoa Douro (DOP)	D 54/94; 03/02	A. P. A. A. D.	“	✗
Azeitona de Cons. Negrinha de Freixo(DOP)	D 47/94; 03/02	C. O. M.	“	✗
Maçã de Portalegre (IGP)	D 40/94; 08/02	APAFNA	AADP	✗
Maçã Bravo de Esmolfe (DOP)	D 58/94; 15/02	FENAFRUTAS	FELBA	✗
Maçã da Beira Alta (IGP)	D 60/94; 15/02	“	“	✗
Maçã da Cova da Beira (IGP)	D 38/94; 08/02	C. A. F. C. B.	CERCOBE	✓
Maçã de Alcobaça (IGP)	D 62/94; 15/02	C. A. A.	A. A. R. A.	✗
Cereja de São Julião – Portalegre (DOP)	D 46/94; 03/02	APAFNA	AADP	✓
Cereja da Cova da Beira (IGP)	D 48/94; 03/02	C. A. F. C. B.	CERCOBE	✓
Pêra Rocha do Oeste (DO)	D 50/94; 03/02	ANP	CODIMACO	✓
Pêssego da Cova da Beira (IGP)	D 39/94; 03/02	C. A. F. C. B.	CERCOBE	✓
Ameixa d’Elvas (DOP)	D 49/94; 03/02	FRUTECO	AADP	✓
Citrinos do Algarve (IGP)	D 63/94; 15/02	UNIPROFRUTAL	APAGAL	✗
Ananás dos Açores/S. Miguel (DOP)	D/SRAP/94/2, 01/02	PROFRUTOS	IAMA	✓
Maracujá dos Açores/S. Miguel (DOP)	D/SRAP/94/4, 01/02	FRUTAÇOR	“	✗
19		15	10	8

AGRUPAMENTOS GESTORES DA DOP OU DA IGP

BANDARRA.:	Cooperativa Agrícola do Concelho de Trancoso, CRL
APAFNA:	Agrupamento de Produtores Agrícolas e Florestais do Norte Alentejano
A. P. C. C. B.:	Associação de Produtores de Castanha do Concelho de Bragança
A.R.A.T.M.:	Associação Regional de Agricultores das Terras de Montenegro
A. P. A. A. D.:	Associação de Produtores de Amêndoa do Alto Douro
C. O. M.:	Cooperativa Agrícola de Olivicultores de Moncorvo, CRL
APAFNA :	Agrupamento de Produtores Agrícolas e Florestais do Norte Alentejano
FENAFRUTAS:	Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Hortofruticultores
C. A. F. C. B.:	Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Cova da Beira, CRL
C. A. A.:	Cooperativa Agrícola de Alcobaça
ANP:	Associação Nacional de Produtores de Pêra Rocha
FRUTECO:	Fruticultura Integrada, Lda
UNIPROFRUTAL:	União dos Produtores Horto-Frutícolas do Algarve
PROFRUTOS:	Coop. de Produtores de Frutas, Prod. Hortícolas e Florícolas de S.Miguel, CRL
FRUTAÇOR:	Cooperativa Agrícola Açoreana de Hortofruticultura, CRL

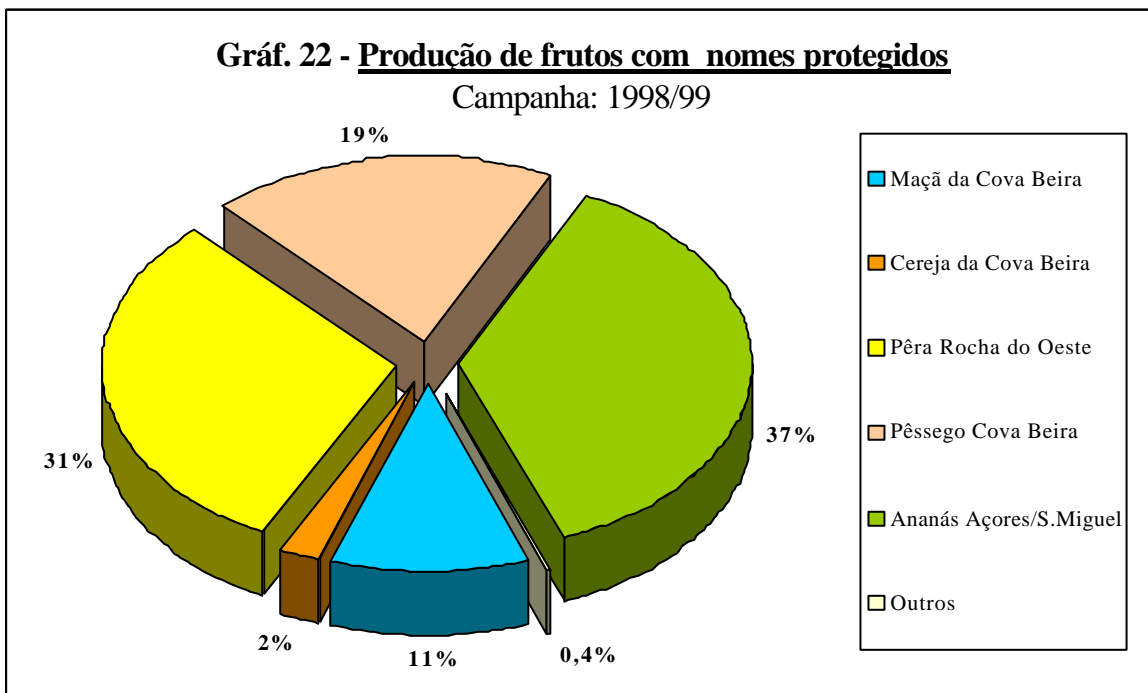
OPC: ORGANISMOS PRIVADOS DE CONTROLO E CERTIFICAÇÃO

A. C. I. L. V. C.:	Associação Comercial e Industrial de Lamego e Vale do Douro
AADP:	Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre
TRAD^{ção}QUAL^{dade} .:	Tradição e Qualidade: Associação Interprofissional para os Produtos Agro-Alimentares de Trás-os-Montes
FELBA:	Centro de Valorização dos Frutos e Legumes da Beira Alta
CERCOBE	Associação de Produtores de Cereja da Cova da Beira
A. A. R. A.:	Associação de Agricultores da Região de Alcobaça
CODIMACO:	Associação Interprofissional Gestora de Marcas Colectivas
AADP:	Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre
APAGAL:	Ass. para os Produtos Agro-Alimentares Tradicionais Certificados do Algarve
IAMA:	Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas

Quadro 39 - Elementos envolvidos e respectivas produções
Campanha: 1998/99

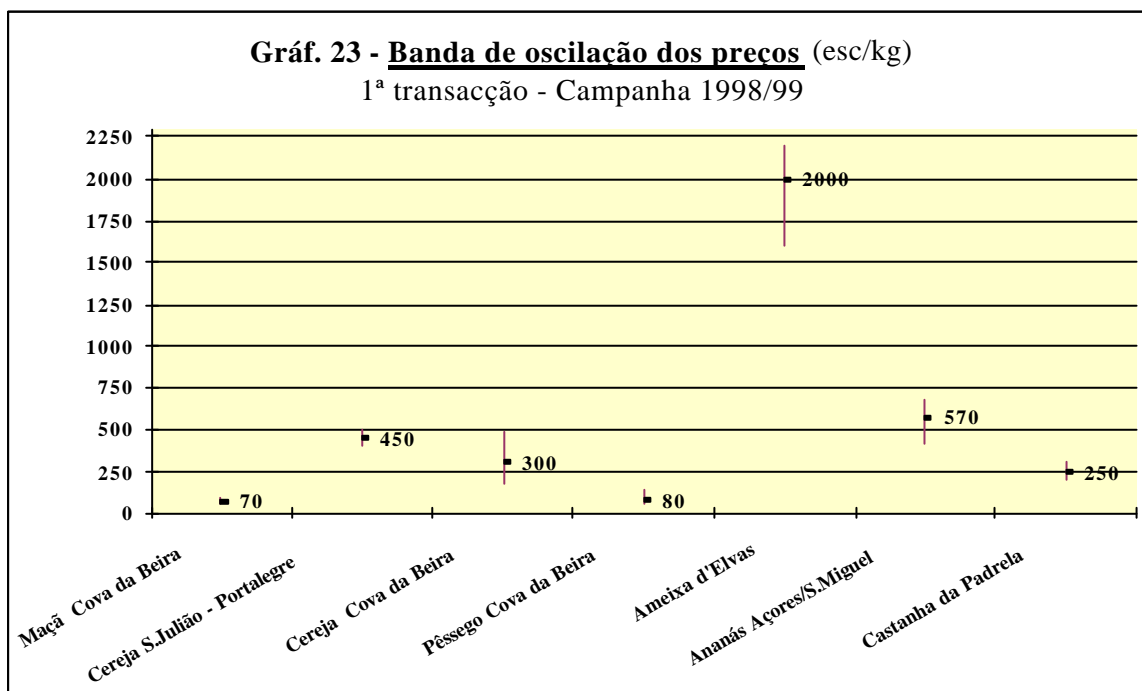
Designação	Nº explorações	Área (ha)	Produção (kg)
Maçã da Cova da Beira	41	180	545000
Cereja de S.Julião - Portalegre	3	3	2378
Cereja da Cova da Beira	28	76	110000
Pêra Rocha do Oeste	11000	12500	1528384 ¹
Pêssego da Cova da Beira	146	160	950000
Ameixa d'Elvas (confitada)	45	130	10912
Ananás dos Açores/S.Miguel	529	74	1838410
Castanha da Padrela (verde)	4	22	7000

¹: Para exportação.



Quadro 40 - Preços relativos à primeira transacção
Campanha: 1998/99

Designação	esc/kg		
	Mais Freqüente	Mínimo	Máximo
Maçã da Cova da Beira	70	60	90
Cereja de S.Julião - Portalegre	450	400	500
Cereja da Cova da Beira	300	180	480
Pêra Rocha do Oeste	x	x	x
Pêssego da Cova da Beira	80	60	140
Ameixa d'Elvas (confitada)	2000	1600	2200
Ananás dos Açores/S.Miguel	570	420	690
Castanha da Padrela (verde)	250	200	300



**Quadro 41 – Calendário das vendas dos frutos com nomes protegidos
em percentagens - Campanha: 1998/99**

Maçã da Cova da Beira

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
x	x	x							x	x	x

Cereja de São Julião - Portalegre

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
					80	20					

Cereja da Cova da Beira

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
				x	x	x					

Pêra Rocha do Oeste

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
5								20	28	22	25

Pêssego da Cova da Beira

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
					x	x	x	x	x		

Ameixa d'Elvas (confitada)

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
5	5	8	7	5	5	5	5	15	15	20	5

Ananás dos Açores/São Miguel

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2	4	4	5	3	2	4	6	6	7	11	46

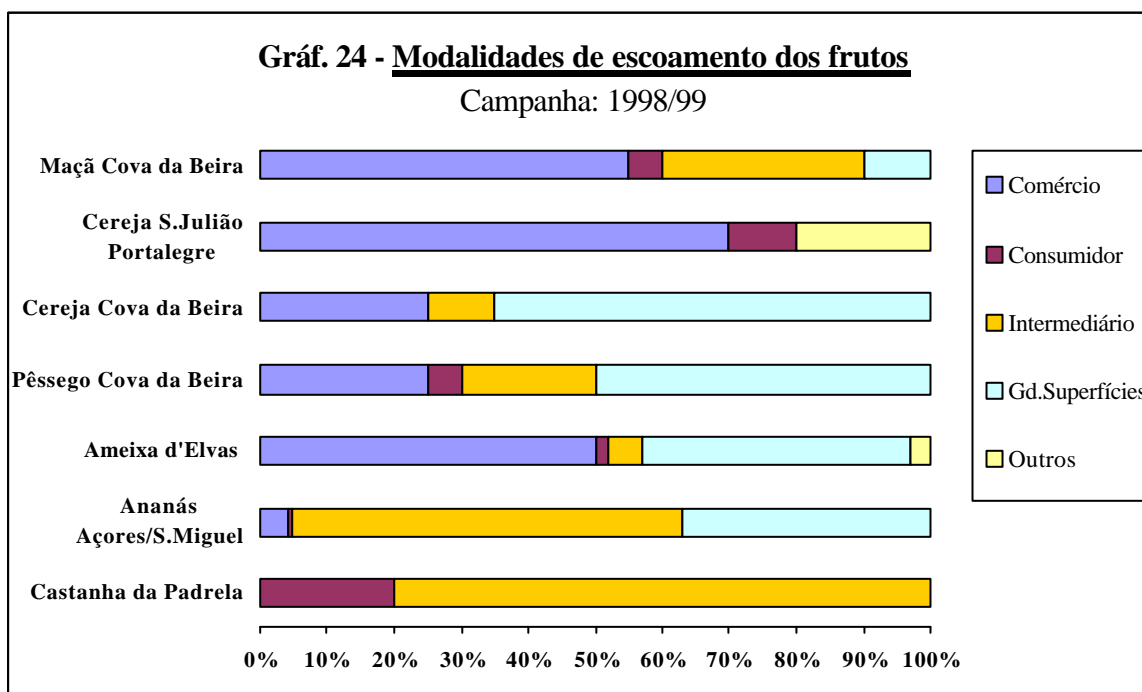
Castanha da Padrela (verde)

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
										80	20

Quadro 42 - Modalidades de escoamento
Campanha 1998/99

Em %

Designação	Comércio	Consumidor	Intermed.	Gd.Superf.	Outros
Maçã da Cova da Beira	55	5	30	10	-
Cereja de S.Julião - Portalegre	70	10	-	-	20
Cereja da Cova da Beira	25	-	10	65	-
Pêra Rocha do Oeste	x	x	x	x	x
Pêssego da Cova da Beira	25	5	20	50	-
Ameixa d'Elvas (confitada)	50	2	5	40	3
Ananás dos Açores/S.Miguel	4	1	58	37	-
Castanha da Padrela (verde)	-	20	80	-	-
TOTAL	18,6	2,7	41,5	37,1	0,02



Parte 3

Conclusões

5 Conclusões

5.1 – Abordagem por sector e região

A situação nos diferentes sectores destes produtos, comparando 1998 e 1999, vem resumida no quadro seguinte:

Quadro 43 - Número de produtos com nomes protegidos por sector

Unidade: nº de ocorrências

Sectores	Total		Comercializados	
	1998	1999	1998	1999
Queijos	13	14	11	13
Carnes de bovino	12	12	8	10
Carnes de ovino	7	7	5	5
Carnes de caprino	5	5	3	3
P.salsicharia	15	15	10	13
Méis	12	12	4	5
Azeites	6	6	2	4
Frutos	19	19	7	8
Total	89	90	50	61

Aumentou o número de produtos com nomes protegidos em uma unidade, devendo-se tal facto ao Queijo Mestiço de Tolosa.

O número de produtos efectivamente comercializados aumentou em onze unidades. Entraram em produção: dois queijos, sendo um pela primeira vez (Queijo Mestiço de Tolosa) e o outro correspondeu a uma retoma da produção (Queijo de Cabra Transmontano); duas carnes de bovino, a Carne Arouquesa e a Carne Maronesa; três produtos de salsicharia, a Linguiça de Portalegre, o Salpicão de Vinhais e a Linguiça de Vinhais; um méi, o Mel de Barroso; dois azeites, Azeites do Ribatejo e Azeites do Norte Alentejano; um fruto, a Castanha da Padrela.

A relação entre os produtos efectivamente comercializados e o total com nomes protegidos em 1999 foi superior em geral à verificada no ano anterior; ela variou de 42% (méis) a 93% (queijos).

Os sectores em que esta relação foi mais reduzida foram o dos méis (42%) e dos frutos (42%). Os sectores em que ela foi mais elevada foram o dos queijos (93%), dos produtos de salsicharia (87%) e das carnes de bovino (83%).

Quadro 44 - Distribuição regional dos produtos com nomes protegidos

Ano: 1999

Unidades: P e PC em nº de ocorrências

Indicador	EDM	TM	BL	BI	RO	AL	ALG	AÇO
P	7	25	12	15	9	29	2	5
PC	6	17	5	7	4	26	0	3
PC/P	0,86	0,68	0,42	0,47	0,44	0,90	0,00	0,60

P: Número de produtos com nome protegido

PC: Número de produtos com nome protegido que foram efectivamente comercializados

NOTA: Não são contabilizados, em cada região, os produtos com área geográfica de produção marginal. O número de produtos no país é menor que o respectivo somatório das regiões, visto que as áreas geográficas de alguns se estendem por mais do que uma região

De acordo com os valores do quadro anterior, as regiões agrárias do Alentejo, Trás-os-Montes e Beira Interior continuam sendo as que apresentam o maior número de produtos com nomes protegidos, bem como os já comercializados.

A proporção do número de produtos comercializados sobre o correspondente total de produtos com nomes protegidos (PC/P) aumentou em quase todas as regiões, com excepção da Beira Interior (diminuiu) e dos Açores (manteve). O aumento foi particularmente importante no Entre Douro e Minho (50% para 86%) e em Trás-os-Montes (42% para 68%).

5.2 – Outras conclusões

A **produção** por sector, deste tipo de produtos, aumentou em quase todos os casos, sendo particularmente acentuado no caso das carnes de ovino, cuja produção aumentou quase para o triplo. São excepções os produtos de salsicharia com uma redução de 67%, devido essencialmente à Alheira de Mirandela, e os frutos com uma redução significativa, devido principalmente à Pêra Rocha do Oeste.

Os preços mais frequentes tiveram a seguinte evolução sectorial relativamente ao ano anterior:

Nos produtos de salsicharia, embora a situação varie segundo o tipo de enchido, a tendência mais marcante foi para o aumento dos preços.

Para os sectores dos azeites e dos frutos a tendência mais comum foi de redução dos preços.

Para os restantes sectores a tendência mais frequente foi de manutenção dos preços em níveis semelhantes a 1998.

Atendendo às **modalidades de escoamento**, a partir dos produtores e/ou agrupamentos, os sectores podem ser agrupados em três conjuntos:

No primeiro, prevaleceram as vendas para as **Grandes Superfícies**, como são os casos dos queijos, carnes e produtos de salsicharia.

No segundo, foram os **Intermediários** que tiveram um importante papel, como no caso dos frutos e dos méis.

No terceiro, atente-se o caso dos azeites, em que predominaram as vendas para o **Comércio** tradicional.

A avaliação dos factores de limitação ou **condicionamento da produção** em 1999, nos diferentes sectores, permitiu as seguintes conclusões:

Os dois factores mais frequentemente referidos, nos diferentes sectores, foram as deficiências nos circuitos de comercialização e os preços mais baixos dos produtos similares sem nomes protegidos, devido à concorrência respectiva.

Para os produtos de salsicharia foi relevante também o escasso número de salsicheiros aderentes.

Para os sectores dos méis, azeites e frutos, as desfavoráveis condições climáticas tiveram por sua vez um papel importante no condicionamento das respectivas produções.

A situação relativa aos agrupamentos gestores e aos organismos de protecção e controlo (OPC) em 1999 pode considerar-se relativamente estável. A assinalar a substituição dos agrupamentos gestores do Mel da Terra Quente (novo agrupamento), dos Azeites do Norte Alentejano, da Castanha dos Soutos da Lapa (novo agrupamento), e da Castanha da Padrela (novo agrupamento).

Por outro lado, registaram-se substituições nas OPC correspondentes aos seguintes produtos: Azeites do Norte Alentejano e Ameixa d'Elvas, tratando-se nos dois casos de organizações já envolvidas anteriormente com outros produtos.

A **comercialização** dos diferentes produtos com nomes protegidos foi fundamentalmente efectuada através dos respectivos agrupamentos; neste aspecto, a análise sectorial revela que a excepção à regra verificou-se no caso dos produtos de salsicharia, em que a totalidade foi comercializada através dos produtores individualmente.

Os **meios de promoção** utilizados para os diferentes produtos foram questionados com base nas seguintes categorias: Feiras, Imprensa (escrita), Rádio, Televisão Painéis e Outros.

As respostas obtidas demonstram que os meios mais utilizados para todos os sectores continuaram a ser, por esta ordem, as Feiras e a Imprensa, embora de forma mais atenuada nos sectores das carnes.

Em termos da **localização das vendas** dos produtos por sector, ao nível da **primeira transacção**, a situação apurada está quantificada no quadro seguinte:

Quadro 45 – Localização geográfica das vendas

Ano: 1999

Unidade: em percentagem

Sectores	Local ¹	Nacional ²	Exportação
Queijos	15	82	3
Carnes de Bovino	36	64	-
Carnes de Ovino	23	77	-
Carnes de Caprino	25	75	-
Prod.Salsicharia	15	84	1
Méis	16	16	68 ³
Azeites	61	36	3
Frutos	9	60	31 ⁴

1: Na área geográfica de produção e concelhos vizinhos

2: Fora da área geográfica de produção e concelhos vizinhos

3: Deve-se exclusivamente ao Mel do Parque de Montesinho com 85% para exportação

4: Deve-se fundamentalmente à Pêra Rocha do Oeste com 100% para exportação

De modo geral, predominaram as vendas **fora** das áreas geográficas de produção e concelhos vizinhos (nível nacional).

Os méis e os azeites são neste contexto casos especiais; os primeiros com uma forte componente para exportações, 68%, e os segundos com uma distribuição das vendas em que prevalece o nível local, 61%, ou seja no interior das áreas geográficas de produção.

6 Referências bibliográficas

1. *Cadernos de Especificações*, dos produtos com nomes protegidos.
2. Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, (1998/99), relatório sobre os inquéritos aos produtos tradicionais com nomes protegidos em 1998. Elaborado por: Victor Oliveira ; Coordenação de Margarida Oliveira, MADRP/DGDR, Lisboa.
3. Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, *Guia dos Produtos de Qualidade 2000*, MADRP/DGDR, Lisboa.
4. Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, *Anuário Pecuário 2001*, MADRP/GPPAA, Lisboa.
5. Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, *Anuário Hortofrutícola 2001*, MADRP/GPPAA, Lisboa.
6. Instituto Nacional de Estatística , *Estatísticas Agrícolas 2000*, INE, Lisboa.